

Janaki Nair

***Tudo em Família?  
Gênero, Casta e POLÍTICA/  
DIRETRIZ? numa Metrópole  
Indiana***

SEPHIS

copyright © Janaki Nair, 2009

Published by the South-South Exchange Programme for Research on the History of Development (SEPHIS), Amsterdam, 2009.

Printed by Vinlin Press Sdn Bhd, No. 2, Jalan Meranti Permai 1, Meranti Permai Industrial Park, Batu 15 Jalan Puchong, 47100 Puchong, Selangor Darul Ehsan, Malaysia for Forum, 11 Jalan 11/4E, 46200 Petaling Jaya, Selangor, Malaysia.

This lecture was presented by Dr Janaki Nair, Centre for Studies in Social Sciences, Kolkata during a lecture tour of universities in Brazil in October 2008 organized by SEPHIS and the Federal University of Santa Catarina, Florianopolis; the Federal University of Rio de Janeiro; the Federal University of Brasilia; NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher), Federal University of Bahia, Salvador; and Centre for African and Oriental Studies (CEAO), Salvador.

Address:

SEPHIS  
International Institute of Social History  
Cruquiusweg 31  
1019 AT Amsterdam  
The Netherlands

<http://www.sephis.org>

email: [sephis@iisg.nl](mailto:sephis@iisg.nl)

# TUDO EM FAMÍLIA? GÊNERO, CASTA E POLÍTICA/DIRETRIZ? NUMA METRÓPOLE INDIANA<sup>1</sup>

“As mulheres não são uma comunidade, elas são uma categoria”

*Em Busca da Igualdade:  
Relatório sobre o Status da Mulher na Índia, 1974*

“...a palavra “categoria” algumas vezes parece apropriada porque ela tem a vantagem de designar uma unidade social e uma estrutura cognitiva e de mostrar a ligação entre elas.”

Pierre Bourdieu *Masculine Domination*<sup>2</sup>

## INTRODUÇÃO

Escrevendo durante uma era na qual reservas para mulheres em *panchayats* rurais (órgãos eleitorais rurais) e órgãos urbanos locais eram implementadas em apenas alguns estados Indianos, Indira Hiraway advertiu: “é também necessário não se enganar sobre o papel da representação participativa no país. É importante perceber que a participação representativa pode não levar a participação em massa no nosso tipo de estrutura socioeconômica.”<sup>3</sup> Essa voz de advertência antecipada deve ser lembrada nessa década que traz

---

<sup>1</sup> Uma versão desse texto foi escrita para a circuito de palestras em universidades do Brasil em outubro de 2008, o qual foi financiado pelo SEPHIS em Amsterdam. Fico grata a Marina de Regt, Jaqueline Rutte e Alyxandra Gomes Nunes por possibilitar esse evento. Esse texto foi apresentado na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, na Universidade Federal de Brasília, NEIM (Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher), na Universidade Federal da Bahia, Salvador e no Centro de Estudos Afro-Orientais, Salvador. Estou grata também a Juana Maria Pedro, Eleana Maura, Antonadia Borges, Ana Alice Alcântara e outras mulheres “loucas” do NEIM e a Alyxandra Gomes Nunes pelo interesse em planejar e organizar o ciclo de palestras em suas respectivas universidades e institutos. Meu agradecimento às audiências de cada universidade, que superaram barreiras de linguagem, participando através de perguntas e comentários, pressionando-me a repensar algumas questões que são apresentadas nessa versão revista. Saúdo especialmente à paciência e o entusiasmo de todos aqueles que traduziram minhas palestras e respostas.

À exceção de trechos nos quais outras fontes são citadas, esse trabalho é baseado em um estudo de mulheres membros de uma corporação em Bengaluru,

sobriedade desde a aprovação do Ato Nagarpalika de 1992, ou a 74ª Emenda Constitucional que tornou mandatório que 33 por cento das quotas para mulheres fossem implementadas em órgãos urbanos locais.<sup>4</sup> A despeito da hiper visibilidade de algumas poucas mulheres no parlamento indiano, volúveis mulheres ministras, uma Primeira ministra no poder por quase 16 anos (Indira Gandhi), e agora uma mulher Presidente (Pratiba Patil), não tem havido uma trajetória estável do *panchayat* ao Parlamento. Não tem havido, parafraseando Evelyn Hust, “um milhão de Indiras agora.”<sup>5</sup>

Essas circunstâncias representam uma espécie de paradoxo no cenário político que vem se modificando por pelos menos duas razões. A Índia compartilha com o Brasil a vantagem de ter um movimento de mulheres distinto, apesar de “ter sido bem sucedido em colocar as exigências das mulheres em debate, mas ter falhado em abrir espaços políticos formais para as próprias mulheres,”<sup>6</sup> como observa Ana Alice Alcântara, além daquilo que é prescrito por lei. Na Índia, a regra das castas e classes mais altas, dentro de uma formação

---

que foi parte de um projeto maior sobre “Gênero e Governo em Duas Cidades” financiado pelo UNIFEM. Fui coordenadora do projeto em Bengaluru, sendo que o estudo iniciado por Mary E. John, nesse estágio conduzido pela Universidade Jawaharlal Nehru, comparava a experiência de reservas para mulheres em órgãos locais urbanos das cidades de Delhi e Bengaluru. Ver Mary E. John “Mulheres no Poder? Gênero, Casta e Políticas de Governo Urbano”, *Econômico e Político Semanal* 42: 39 (Setembro 29 – Outubro 5, 2007), pp. 3986-95. No presente texto, utilizo principalmente material recolhido em entrevistas que foram feitas por C.K. Veena, D. Tharamathi e P. Sudarshan. Um relatório mais completo do projeto pode ser encontrado em Mary E. John “Gênero e Governo Urbano em Duas Cidades: Resumo de Relatório”. Estou grata a Mary John, S. Anandhi e Manabi Majumdar pelas críticas construtivas feitas a esse texto.

<sup>2</sup> Pierre Bourdieu, *Dominação Masculina*, Traduzido por Richard Nice (Cambridge: Polity Press, 2001), p. 8.

<sup>3</sup> Indira Hirway, “Panchayati Raj at the Crossroads”, *Economic and Political Weekly*, 24:29 (1989), pp. 1663-67.

<sup>4</sup> Uma porcentagem semelhante foi reservada para mulheres em *panchayats* rurais sob a 73ª Emenda Constitucional.

<sup>5</sup> Evelyn Hust, *Women's Political Representation and Empowerment in India: A Million Indiras Now?* (Delhi: Manohar, 2004).

<sup>6</sup> Ana Alice Alcântara, “Women and Politics: The Brazil Paradox” [www.opendemocracy.net/article/5050/political\\_representation\\_brazil](http://www.opendemocracy.net/article/5050/political_representation_brazil), 11-03-2008; acessado August 1, 2008.

política historicamente dominante (o Congresso Nacional Indiano), tem sido decidida e até irreversivelmente desafiada pela emergência dos poderosos partidos regionais liderados pelos *Dalits* (classes depauperadas e oprimidas) e classes desfavorecidas (incluindo castas não dominantes) em Legislaturas Estatais e no Parlamento, a despeito da reafirmação do poder das castas mais altas possibilitada pela emergência de partidos do partido de direita Bharatiya Janata (BJP). As mulheres são evidenciadas por sua ausência nesse espaço político reconfigurado. A atual Lok Sabha (Câmara inferior – do Parlamento Indiano) possui 45 mulheres entre 543 membros, menos de 10 por cento de todos os representantes eleitos.<sup>7</sup> No estado de Karnataka (capital de Bengaluru), onde aconteceram eleições estaduais em Maio de 2008, um mero número de três mulheres foi eleito entre os 224 membros da Assembléia Legislativa (apenas 108 mulheres foram recrutadas dentre 2242 no total).

Interessantemente, essa péssima trajetória de recrutamento, apoio e garantia ao sucesso de mulheres candidatas às legislaturas estatais e ao Parlamento acontece no mesmo estado pioneiro na implementação da política de reservas para mulheres em órgãos rurais e urbanos locais em 1983, muito antes do Governo Indiano tê-la transformado em uma lei nacional.<sup>8</sup> Em 1992, vagas nos baixos escalões do governo (*panchayats* rurais e órgãos urbanos locais) foram reservados para mulheres pelas 73ª e 74ª Emendas da Constituição indiana. A cláusula o que garantiu que “pelo menos um terço do numero total de cadeiras de cada órgão urbano local fosse reservado para mulheres” aumentou as esperanças de benefícios imediatos nas legislaturas estatais e também no Parlamento.

Tais esperanças têm sido traídas pela constante recusa em se discutir o Projeto de Lei de Reservas dentro do Parlamento.

<sup>7</sup> A porcentagem de mulheres em 14 Lok Sabhas (A Câmara Inferior do Parlamento Indiano) desde a Independência Indiana tem variado entre 6 e 8 por cento, com uma representação ligeiramente melhor de mulheres na Rajya Sabha (Câmara Superior) de 10 por cento. As estatísticas para as Legislaturas Estatais são muito mais desencorajantes, apresentando poucos estados que ultrapassem a marca dos 5 por cento. Ver. “Arquivo de Fatos 1952-1997” in *Seminar* 457 (September 1997), pp. 50-52.

<sup>8</sup> Manasa, “Karnataka and the Women’s Reservation Bill”, *Economic and Political Weekly*, 35:43 and 44 (October 28, 2000), pp.WS 49-53.

Apresentada, primeiramente, como a 81ª Emenda Constitucional em 1996 e reapresentada quatro vezes desde então (mais recentemente em Maio de 2008), foi recebida com clamorosos protestos por parte de representantes masculinos e alguns femininos de certos partidos políticos, frustrando esperanças de uma resolução fácil para essa disputa. Simultaneamente, como tem sido demonstrado em toda eleição na Índia, todos os partidos, sejam eles da direita, esquerda ou centro, demonstram desdém absoluto por suas próprias promessas de pesquisas de opinião pública, nenhuma delas recrutou mais do que cinco por cento de mulheres candidatas, tornando suas vitórias quase impraticáveis. Portanto, na recente sugestão de que todos os partidos sejam obrigados a recrutar pelo menos 33 por cento de mulheres candidatas, o que foi aceito pela Comissão Eleitoral (bastante parecido com o contexto brasileiro), nós podemos detectar a convicção difundida de que o recrutamento de candidatas mulheres é uma desvantagem imposta que, caso seja partilhada por todos os partidos e mandatárias por lei, tornem-se um demasiado risco político.

Colocar uma ênfase muito grande na demanda por grande quantidade de mulheres em órgãos representativos é porém arriscar uma resposta simplista demais para razões profundamente enraizadas que explicam a ausência de mulheres em instituições políticas. Como foi exposto por Gail Omvedt, dentro do contexto sul asiático, pode haver relações inversas entre as proporções mais altas de mulheres em cargos políticos e o status social das mesmas em diferentes regiões. Estabelecendo uma comparação entre cinco estados sul asiáticos, ela demonstra que o Paquistão apresenta a melhor representação de mulheres em legislaturas e no Parlamento (21.2 por cento), enquanto que o Sri Lanka apresenta o pior registro nesse quadro, apesar de ser esse o país no qual mulheres vivenciam as relações de gênero mais igualitárias de todos os países sul asiáticos.<sup>9</sup>

Além disso, representação em instituições políticas formais é apenas um aspecto do campo da política e, pode-se acrescentar, o campo no qual relações sociais predominantes são sustentadas

---

<sup>9</sup> Gail Omvedt, "Women in Governance in South Asia", *Economic and Political Weekly* 40:44 and 45 (October 29, 2005), pp. 4746-52, esp. 4750.

e reproduzidas ou modificadas e não necessariamente onde são desafiadas ou subvertidas. Além da esfera da representação política formal, encontram-se os movimentos de oposição comprometidos com a mudança social mais ampla e radical. O movimento de mulheres altamente visível da Índia, apesar de estar atualmente enfraquecido, encontra-se entre os movimentos sociais cujo objetivo é a transformação das relações de gênero existentes dentro de e através práticas mais democráticas. A prolongada controvérsia sobre o Projeto de Lei, portanto, proporcionou uma séria reconsideração que chegou a criar dissensões nas posturas entre feministas da Índia em termos das estratégias que devam ser utilizadas, visando alcançar maior representação política de mulheres em órgãos legislativos, que não implique no comprometimento de uma agenda política transformadora e democraticamente forjada. Em outras palavras, há uma crescente preocupação com e o reconhecimento da possibilidade de que questões referentes às mulheres estejam sendo utilizadas para encobrir outras formas de discriminação. O movimento de mulheres da Índia está sendo forçado, dessa forma, a repensar as mesmas estratégias que foram forjadas com tanto entusiasmo em meados dos anos 70, em função da ascensão de forças e partidos que se dedicam a insidiosamente debilitar a democracia.

Outro dilema que o movimento de mulheres indiano deve encarar é o sucesso ambíguo de suas exigências e programas. O estado indiano tem se mostrado extraordinariamente habilidoso em termos de sua capacidade de subjugar e transformar as demandas feministas em linhas centrais de pensamento como uma forma de subordinar o protagonismo de mulheres a novas idéias de “governança”. O uso excessivo do termo “empoderamento” em seus planos, diretrizes políticas e programas é um sintoma das formas através das quais o estado tem se apropriado e remodelado a linguagem feminista, tornando “liberação” um objetivo dúbio ou vago. Afinal, governança veio a substituir a linguagem do “desenvolvimento” na Índia pelo menos desde os anos 80. O estado agora posiciona a mulher como um devedor mais confiável, uma confiável fornecedora de programas de saúde, ou uma administradora de recursos mais eficiente, tudo isso de maneira a sobrecarregar a mulher indiana da região rural e, em alguns casos, as da região

urbana com novos objetivos e responsabilidades, sem diminuir o peso de seus objetivos iniciais. Análises feministas revelam um quadro diferente: por exemplo, os Programas Conjuntos de Administração de Reflorestamento (JFM) que vêm sendo entusiasticamente propagandeados como uma forma de envolver mulheres camponesas pobres na utilização satisfatória de fontes renováveis de energia de forma sustentável, definitivamente beneficiam o estado e não as mulheres.<sup>10</sup> Do mesmo modo, programas de micro crédito têm encorajado a formação de sujeitos de consumo neoliberais individuais, o que ao invés de promover a esperança de uma reorganização radical de relações de gênero, obstrui esforços nesse sentido.<sup>11</sup>

Configura-se, então, o momento de perguntar por que uma medida que trazia tanta esperança, quando foi anunciada a implementação obrigatória de um sistema de reservas em órgãos locais, agora evoca terror entre líderes de vários partidos indianos e até criando divergências entre feministas. A reserva de vagas para mulheres em panchayats rurais e órgãos locais urbanos, pelo menos em Karnataka, não foi recebida com o mesmo grau de pânico que foi gerado pelo novo projeto de lei.<sup>12</sup> Como foi demonstrado em vários estudos e como veremos abaixo, também não houve uma virulenta oposição à idéia de se criar reservas para mulheres nem por parte do povo nem dos partidos.<sup>13</sup> O maior medo, desde o final dos anos 90, tem sido a possibilidade de que a reserva de vagas para mulheres irá reforçar a dominação da elite, ao invés de ampliar a prática

---

<sup>10</sup> Veja Madhu Sarin, "Gender and Equity Concerns in Forest Management" em Nitya Rao and Luise Rurup (Orgs.), *A Just Right: Women's Ownership of Natural Resources and Livelihood Security* (Delhi: Friedrich Ebert Stiftung, 1997), p. 309.

<sup>11</sup> Por exemplo, veja "Gendering Governance or Governing Women? Politics, Patriarchy, and Democratic Decentralisation in Kerala" (Final Report), CDS, Trivandrum, 2008.

<sup>12</sup> Mary John has, however, shown that the case of Delhi presents a contrast to Karnataka, since the measure to rotate seats reserved for women was opposed in court by several political parties. "Gender and Urban Governance in Two Cities", p. 4.

<sup>13</sup> Veja por exemplo, Rajeshwari Dasgupta, "How Gendered was Women's Participation in Election 2004?", *Economic and Political Weekly*, Vol. 39:51 (Dec, 18, 2004), pp. 5431-36, esp. 5435.



democrática. Um exame minucioso da forma como a política de reservas para mulheres e castas baixas têm operado até o momento em órgãos urbanos locais produziram lições cruciais para se repensar diretrizes políticas feministas e certamente as modalidades da democracia indiana.

Dentre as razões mais citadas para se negar reservas de vagas para mulheres no corpo legislativo estão: apenas mulheres da elite se beneficiam-se do sistema; as mulheres são meras “substitutas” ou mantenedoras de posição para homens em suas famílias; suas inabilidades inerentes tornam as mulheres inadequadas para o desgaste cotidiano característico da política. Ao invés de interrogar a veracidade dessas afirmações e razões misóginas, uma averiguação renovada atrairá atenção para a influência pervasiva dessas alegações. Reservas de vagas para mulheres certamente aumentam a sua visibilidade na vida política. Essa visibilidade altera substancialmente o processo político vigente ou alavanca os interesses das mulheres? Em outras palavras, há uma correspondência entre a presença ampliada de mulheres em órgãos representativos e a ampliação da prática democrática ou justiça no que diz respeito à questões de gênero?

Obviamente, precisamos saber mais sobre como a política de reservas tem funcionado nos baixos escalões de instituições políticas, a saber as *panchayats* e órgãos urbanos locais, onde essas diretrizes políticas estão vigentes por mais de uma década. Esse artigo examina a presença mandatória de mulheres de todas as castas em Bengaluru Mahanagara Palike (CCB: Corporação da Cidade de Bengaluru) em dois níveis. A presença de mulheres tem transformado ou desafiado as formas pelas quais as instituições funcionam, ou as mulheres têm sido acomodadas e absorvidas dentro dos moldes habituais de se fazer política? Ademais, a nova oportunidade de participação política na vida pública tem transformado as formas através das quais mulheres praticam política e redefinido suas habilidades e objetivos políticos, de maneira que a demanda por justiça de gênero seja promovida dentro do campo mais amplo da política metropolitana? As respostas para essas perguntas podem não somente desestabilizar argumentos postos pelos oponentes mais ferrenhos da política de reservas para mulheres, mas também levantar algumas perguntas desconfortáveis sobre a forma, o estilo das lutas e objetivos da luta feminista.

Esse artigo é dividido em cinco partes: na primeira, eu discuto brevemente os tipos de desafios que têm sido colocados pelo projeto de lei proposto ao parlamento indiano, particularmente em termos de como as hierarquias de casta tornaram-se inseparáveis das “questões de mulheres”, na grande maioria das regiões da Índia contemporânea. O texto também apresenta uma breve história das conjunturas específicas na quais a categoria de “mulher” tornou-se disponível como uma forma de bloquear ou esquivar-se de demandas democráticas de outras castas/classes no período colonial tardio e nos períodos pós-independência. A segunda sessão refere-se à história da presença de mulheres em Bengaluru Mahanagara Palike, até o período da passagem do ato de 1983 quando as vagas foram reservadas para mulheres pela primeira vez. Na terceira sessão, eu discuto como questões de casta e gênero reconfiguraram as eleições de 1996 e 2001 e qual seu significado para o futuro da política democrática. A quarta sessão busca avaliar se as mulheres, nos conselhos urbanos locais reconstituídos, têm permanecido cerceadas; se têm excedido o mero âmbito dos números, ou o domínio da representação ampliada. Na última sessão, eu me dedico às formas através das quais as questões que afloram a partir de tal análise empírica desafiam pressuposições sobre o estado, os medos dos críticos e dos opositores e até as esperanças do movimento feminista, visando retirar algumas lições para questões mais amplas da relação entre o sistema de reservas e a democracia. O “gênero” é aqui deliberadamente sobreposto à categoria de “mulher” para denotar não apenas o conjunto de relações que se modificam, que determinam e tornam possíveis os significados e o teor da participação masculina e feminina na vida política pública, mas também suas exclusões, as modalidades através das quais o poder é exercido. Porém, a categoria de “gênero” também desempenha o propósito de tornar a mulher “visível”.<sup>14</sup> No contexto da Índia, argumento que defendo ao longo do texto, tal conjunto de relações não pode ser desligado da grade composta pelos eixos de classe, casta e filiação religiosa.

<sup>14</sup> Sobre os limites do ‘gênero’ como categoria na análise POLÍTICA/DIRETRIZ?, veja Stephanie Tawa Lama Rewal, “Fluctuating, Ambivalent legitimacy of Gender as a Political Category”, *Economic and Political Weekly* 36:17 (April 28, 2001), pp. 1435-40.

QUANDO É QUE A CATEGORIA DE  
“MULHER” TORNOU-SE POSSÍVEL?

Embora seja injuriado como uma figura de linguagem misógina, uma das imagens “aterrorizadoras” que foram conjuradas pelas lideranças do partido Rashtriya Janata Dal (RJD) e do Samajwadi (SP), durante as discussões ocorridas no final dos anos 90 sobre o projeto de lei que propunha a reserva de 33 por cento das vagas do legislativo e dos parlamentos, eram as “*par-kati mahilaen*” (“mulheres do cabelo curto”, significando mulheres de castas altas urbanas, ocidentalizadas e desarraigadas), que queriam debilitar os recentes benefícios adquiridos pelas outras classes desfavorecidas.<sup>15</sup> A figura da “*par-akti mahilaen*” e a caricatura da “brigada *biwi-beti*” (esposa e filha), que triunfaria nas pesquisas de opinião, tocavam em caricaturas masculinas de mulheres urbanas portadoras de educação formal que já existiam há muito tempo.<sup>16</sup> Essa figura de linguagem também advertia contra o controle renovado das classes altas sobre a política representativa. Esse medo era completamente inapropriado?

Um breve retorno à história da demanda por “eleitorados separados” é instrutiva. As organizações nacionais de mulheres que emergiram nas primeiras décadas do século XX, como a Associação de Mulheres da Índia (1917), o Conselho Nacional de Mulheres da Índia (1925) e a Conferência de Mulheres de Toda a Índia (1927), primeiro exigiram que fossem concedidos os mesmos direitos civis às

<sup>15</sup> Sobre a ascensão das classes baixas no norte da Índia, veja mais recentemente, Christophe Jaffrelot, *India's Silent Revolution: The Rise of the Low Castes in North Indian Politics* (Delhi: Permanent Black, 2003). O trabalho de Jaffrelot continua estrategicamente silencioso sobre a questão do Projeto de Lei sobre Reservas para Mulheres.

<sup>16</sup> Sobre a temível figura da mulher ocidentalizada, há uma quantidade abundante e prolífica de literatura. Veja por exemplo, Rosalind O'Hanlon, *A Comparison between Women and Men: Tarabai Shinde and the Critique of Gender Relations in Colonial India* (Delhi: OUP, 2000); Geraldine Forbes, *Women in Modern India: New Cambridge History of India Vol. IV.2* (Cambridge: Cambridge University Press, 1996); J. Devika, *Engendering Individuals: The Language of Reforming in Early Twentieth Century Kerala* (Hyderabad: Orient Longman, 2007); Tanika Sarkar, *Hindu Wife, Hindu Nation: Community, Religion and Cultural Nationalism* (Delhi: Permanent Black, 2000).

mulheres nos mesmos termos dos homens, sob as Reformas Montagu-Chelms de 1919, e argumentaram contra a desqualificação sexual como critério de qualificação para sócios.<sup>17</sup> Durante as auditorias da Comissão Estatutária Indiana em 1928, todos os grupos políticos importantes fizeram campanha pela “extensão da cidadania da mulher e para maior representação de mulheres em cargos legislativos”, apesar de o Congresso ter argumentado contra a reserva de vagas para mulheres, em oposição a um outro grupo de mulheres indianas.

Não é de se surpreender que a voz mais clamorosa a se manifestar contra vagas destinadas à mulheres tenha sido a de Sarojini Naidu, a Congressista que se revestia de todas as marcas de privilegio como membro da casta alta do Congresso, e que foi eleita presidente em 1925. A ela se contrapunha Muthulakshmi Reddi do WIA, essa oriunda de uma família Devadasi (mulheres que dançavam no templo) a qual insistia na reserva de vagas “para representar o ponto de vista das mulheres em legislaturas”.<sup>18</sup> Visto que as negociações constitucionais ocorreram em uma atmosfera de tensão e violência extremista, todos os grupos de mulheres se uniram para rejeitar “expedientes especiais, visando garantir a associação de mulheres a legislaturas.”<sup>19</sup> Até aqueles que foram a favor de reservas, como Radhabhai Subbaroyan do AIWC, porém recusaram-se a tratar da questão comunal (relações intracomunais ou intracasta) e, quando a Adjudicação Comunal de 1932 explicitamente outorgou a reserva de vagas para mulheres (2.5 por cento de vagas em legislaturas), foi outorgada em termos comunais.

Por que a demanda por vagas separadas foi diluída pelas próprias mulheres nesse período? Como argumentou Mary John, as questões referentes a reservas para mulheres foram proteladas em função da ameaça contida nas reivindicações por eleitorados separados para minorias e Intocáveis no início dos anos 30, o que levou ao confronto entre Gandhi e Ambedkar e ao compromisso

<sup>17</sup> Jana Everett, *Women and Social Change in India* (1981; reimpresso Delhi: Heritage Publishers, 1985), pp. 105-7.

<sup>18</sup> Mary E. John, “Alternative Modernities? Reservations and Women’s Movement in 20<sup>th</sup> century India”, *Economic and Political Weekly* 35:43 and 44 (October 28, 2000), pp. WS 22-9, esp. 24.

<sup>19</sup> Everett, *Women and Social Change in India*, p. 120.

firmado no Pacto de Poona.<sup>20</sup> Ainda mais importante, a decisão das mulheres de apoiar o mérito e somente o mérito foi uma “escolha estratégica a favor da igualdade formal [que] não estava desvinculada da condição social, educacional e o avanço educacional das mesmas.” A solidariedade da categoria de “mulher” tornou-se então um instrumento útil na contraposição às reivindicações para eleitorados separados para Intocáveis em nome de estar acima de “limites comunais artificiais”. A surpreendente união das mulheres, incluindo a esse ponto Muthulakshmi Reddi, em aderir aos princípios de “igualdade sem privilégios”, foi sem dúvida devido à extraordinária influência de Gandhi.<sup>21</sup> No Ato do Governo da Índia de 1935, 41 vagas foram reservadas para mulheres de diferentes comunidades e, nas primeiras eleições depois do Ato, em 1937, apenas 56 candidatas iniciaram suas legislaturas, das quais 5 foram nomeadas.<sup>22</sup> As lutas prolongadas para manter mulheres como uma categoria acima de outros tipos de categorias “divisoras” foram os primeiros sinais da estratégia das mulheres da elite Indiana de invisibilização do privilégio e da manutenção do direito de representar todos os tipos de mulheres Indianas, enquanto que a insistência em linguagens abstratas de direitos políticos serviram também para neutralizar os perigos da presença de mulheres em órgãos legislativos. A confiança com a qual mulheres da elite se ergueram acima do “gênero”, uma tarefa mais

<sup>20</sup> John, “Alternative Modernities?”, p. WS 25.

<sup>21</sup> As castas que se encontram fora do sistema quádruplo varna system eram, durante o período do colonialismo, “nomeadas” em uma variedade de formas que indicavam mudanças em seu status em relação a castas mais altas ou dominantes, assim também como mudanças em autopercepção. Dessa forma, termos administrativos coloniais incluíam termos como Classes Debilitadas e Outras Não Hindus. No sul da Índia, as castas “Intocáveis” se denominaram Adi Dravidas e Adi Karnatakas no início dos anos 20, como uma maneira de reivindicar um status mais dignificado do que foi oferecido pelos termos depreciadores *jati*. M.K. Gandhi ofereceu um novo nome, “Harijan” ou pessoas de Deus dos anos 20. Depois do Ato do Governo da Índia de 1935, uma nova categoria administrativa “Casta/Tribo Planejada” foi introduzida (e continua a ser usada até o presente dia), assim nomeadas em função da tabela dentro da qual sub-castas elegível para tratamento preferencial eram listadas. “Dalit” é um termo que as castas previamente “intocáveis” se deram quando elas formaram organizações POLÍTICA/DIRETRIZ?s nos anos 70.

<sup>22</sup> John, “Alternative Modernities?”, p. WS 27.

difícil para mulheres das castas baixas e classes, foi completamente revelada.

Essas considerações tornaram-se, portanto, um legado importante para o movimento de mulheres Indianas no período imediato da pósindependência, levando àquilo que Mary John chamou de “resolução constitucional da questão das mulheres.”<sup>23</sup> A categoria unitária dos direitos das mulheres na nova constituição Indiana foi providencial por compensar pela perda de mulheres mulçumanas e como uma forma de rejeitar os direitos dos intocáveis. A remoção de todas as inaptidões atribuídas a sexo que impediam o direito ao voto ou candidaturas à eleição, dentro da nova constituição, posicionou a Índia dentro de uma liga muito pequena formada por nações que garantiram tais direitos para mulheres sem grandes conflitos.

Depois que a Constituição foi implementada, como foi reconfigurada a demanda por reservas? O documento fundador do movimento de mulheres indianas, *Em Direção à Igualdade*, relatório foi redigido em 1974, visando avaliar a condição da mulher desde a independência, apontou com consternação para a abismal desproporção de mulheres que havia adentrado a vida política. Porém, enquanto admitia a importância das reservas para conselhos *panchayats* que fossem além da mera representação isolada, o comitê solicitou “*panchayats* de mulheres determinados por estatuto” para garantir maior participação de mulheres no processo político. Porém, a maioria dos membros do comitê rejeitou a necessidade de reservas para mulheres em legislaturas e no parlamento, excetuando a experiência das mulheres na Índia. Assim sendo, mulheres na Índia “sempre foram” apoiadas pelos homens em sua busca por igualdade, mulheres sempre competiram equiparadamente desde 1952 e, talvez mais relevante, mulheres não eram uma minoria ou um

---

<sup>23</sup> John, “Alternative Modernities?”, p. WS 27. A referência óbvia aqui é o agora famoso artigo de Partha Chatterjee, “The Nationalist Resolution of the Women’s Question” em Kumkum Sangari e Sudesh Vaid eds., *Recasting Women: Essays in Colonial History* (Kali for Women, 1989), pp. 233-53. Sobre a questão do porque da formulação esquemática Chatterjee ter permanecido influente a despeito de novas pesquisas históricas feministas que contradizem-na ou desafiam-na, veja Nair “The Troubled Relationship of Feminism and History” (no prelo, *Economic and Political Weekly*).

grupo desfavorecido: na famosa formulação do relatório de 1974, “as mulheres não eram uma comunidade, eram uma categoria.”<sup>24</sup> De certo modo, os autores desse relatório estavam relutantes em desviarem-se do legado nacionalista de protelar reivindicações específicas de mulheres em nome de interesses “nacionais”. Isso serviu não somente para mascarar privilégios, mas também para relegar a mulher para a segunda categoria de cidadania através de meios estatais: não havia necessidade de uma cláusula de desqualificação pautada em sexo visto que a “neutralidade” do sistema partidário garantia que poucas mulheres fossem bem sucedidas na política!

Quando reservas para panchayats (governo em nível de vila), para Zilla Parishats (governo em nível de distrito) e para órgãos urbanos locais foram energeticamente recomendadas, e quando partidos políticos foram impelidos a recrutar pelo menos 30 por cento de candidatas mulheres, houve uma reconsideração da questão das reservas durante o Plano de Perspectiva Nacional para Mulheres, 1988-2000. Também nesse caso, órgãos de representação superiores não foram mencionados ou a criação de quotas para outras classes baixas dentro do sistema de cotas. Porém à altura dos anos 90, a pressão pelo próximo passo lógico de implementar cotas para mulheres em legislaturas e no Parlamento havia aumentado. A Projeto de Lei (Emenda 81<sup>a</sup>) de 1996 coloca portanto em sua declaração de objetivos:

Tendo estipulado a reserva para mulheres em panchayats e Municipalidades, propõem-se agora que se providencie reservas para mulheres dentro dos mesmos padrões na Casa do Povo e nas Assembléias Legislativas através de uma emenda constitucional. A maioria dos partidos é favorável à criação dessas reservas para mulheres.<sup>25</sup>

Longe de ser entusiasticamente abraçado pelos partidos nacionais e regionais, o Projeto de Lei de Reservas para Mulheres foi duramente atacado não só como inviável de ser implementado,<sup>26</sup>

<sup>24</sup> *Towards Equality: Report of the Committee on the Status of Women in India* (Delhi: Government of India, 1974).

<sup>25</sup> *Constituição (81<sup>st</sup>) Emenda de Lei, 1996* como foi citado no *Seminar* 457, p. 57.

<sup>26</sup> Sobre as implicações demográficas da diretriz, veja S. Irudaya Rajan and J. Retnakumar, *Economic and Political Weekly* 40:39 (September 25, 2005), pp. 4190-92.

mas também como uma transgressão antidemocrática dos benefícios adquiridos por homens da *OBC* (OTHER BACKWARD CLASSES). Ainda mais importante, o Projeto de Lei dividiu as próprias feministas, com algumas delas argumentando contra as reservas para mulheres.<sup>27</sup> Gail Omvedt<sup>28</sup> e Madhu Kishwar<sup>29</sup> fizeram parte desse grupo de feministas que colocaram severas objeções à necessidade de reservas; Kalpana Kannabiran<sup>30</sup> e, particularmente, Malini Bhattacharya se encontravam entre aquelas que defenderam as reservas, mas reconheceram os privilégios que elas poderiam vir a reforçar, e algumas chegavam a considerar “argumentos baseados em casta” como uma defesa da dominação masculina.<sup>31</sup>

Porém esta separação radical de hierarquias de casta e gênero não é mais sustentável. A intervenção de Nivedita Menon no debate apontou para o fato de que cada uma dessas posições operava com uma categoria unificada de “mulher” que era insustentável no contexto indiano, sugerindo que feministas deveriam objetivar ir além de cotas e avançar em direção ao desmascaramento de estratégias de representação que reforçam privilégio. Além disso, ela afirmou que feministas indianas não podem se limitar à idéia de cotas dentro de cotas, ou concluir que o campo abstrato do direito não pode ser invocado em tal contexto.<sup>32</sup> Ao invés de ver divisões baseadas em casta, região ou etnicidade como sinais de “atraso” ou mesmo “diferença”, as feministas deveriam lidar com todas essas divisões como formas de *discriminação* em nível de discriminação de gênero a serem tratadas dentro de uma estrutura democrática. A história da

<sup>27</sup> Uma das análises mais úteis desse debate se encontra em Nivedita Menon, “Elusive ‘Women’: Feminism and Women’s Reservation Bill” em *Economic and Political Weekly* 35:43 and 44 (October 28, 2000): WS 35-44.

<sup>28</sup> Gail Omvedt “Caste and Women’s Reservation”, *The Hindu*, June 17, 1997.

<sup>29</sup> Madhu Kishwar, “Women and Politics: Beyond Quotas”, *Economic and Political Weekly*, 31:43 (October 26, 1996), pp. 2867-74.

<sup>30</sup> Vasanth Kannabiran and Kalpana Kannabiran, “From Social Action to Political Action: Women and the 81<sup>st</sup> Amendment”, *Economic and Political Weekly*, 32:5 (February 1-7, 1997), pp. 196-197.

<sup>31</sup> Malini Bhattacharya “Democracy and Reservation” *Seminar: Empowering Women* 457, pp. 23-4. A minha própria produção naquela época afirmou tal ponto de vista, apesar de já ter reexaminado a posição: veja, Nair “An Important Springboard” in *Seminar*: 457, pp. 42-45.

<sup>32</sup> Menon, “Elusive ‘Women’”, pp. WS 35-44.



intervenção governamental na transformação das relações de casta/gênero na história de Mysore/Karnataka do século 20 serve para realçar tanto as possibilidades quanto os limites de se estabelecer objetivos da reforma de casta e gênero como opostos e não como complementares.

EXPERIMENTOS DE KARNATAKA COM AS  
CATEGORIAS DE CASTA E GÊNERO

Karnataka representa um espaço sem paralelo através do qual pode-se levantar novamente questões sobre a relação entre casta e gênero em função da longa história das reservas baseadas em casta dentro de instituições educacionais e cargos governamentais. No início do século 20, a casta tornou-se importante e, de fato, foi em algumas ocasiões o único terreno no qual formas institucionais modernas foram imaginadas, produzidas e sustentadas pelo estado de Mysore (como era conhecida a região mais importante do estado de Karnataka). A indicação do Comitê Miller, em agosto de 1918, foi uma tentativa de, sistematicamente, instituir um conjunto de diretrizes executáveis para a implementação de reservas para não-Bramas. A principal recomendação do comitê era de que a proporção de “pelo menos metade dos cargos governamentais mais altos e dois terços dos cargos mais baixos” fossem preenchidos por candidatos provenientes de comunidades que não fossem Bramas, dando preferência para as Classes Oprimidas, quando candidatos qualificados estivessem disponíveis.

O relatório do comitê Miller, no qual a Ordem Governamental de 1921 foi baseada, foi um documento empolgante simplesmente pelo otimismo que expressava em relação a como uma intervenção do estado, na esfera limitada de nomeações governamentais, poderia transformar a ordem social predominante, em Mysore. É igualmente notável que o relatório tenha permanecido silencioso sobre a questão da mulher. Toda a discussão sobre as novas oportunidades a serem disponibilizadas para as comunidades de castas em Mysore foi codificada em termos masculinos, visto que esta discussão inquestionavelmente pressupôs não somente a liderança de casta, mas também seu tópico de discurso como de gênero masculino.

O que era então a casta de mulheres, senão objetos que eram traficados entre famílias e incorporavam os limites da lei de comunidade? No entanto, se a linguagem de direitos parecia ser apenas secundária na dimensão de equações comunais do estado, com um número de demandas para ganhos tanto matérias quando simbólicos, sendo moldados em termos de “titulações”, uma invocação muito mais direta de direitos foi evidenciada nas discussões travadas no início do século 20 sobre a condição da mulher, especialmente quando parecia, mais uma vez, produzir uma categoria unificada (ex. a sociedade Hindu) que havia sido tão ativamente desmantelada pelas discussões sobre casta? A pergunta poderia ser reformulada de maneira a indagar: o papel de unificar o que havia sido fraturado em outras circunstâncias foi atribuído às mulheres de Mysore, como sujeitos da reforma?

A “questão da mulher” foi o espaço no qual os burocratas de Mysore, assim como Congressistas nacionalistas sentiram-se livres para declarar suas credenciais “liberais”, freqüentemente através de medidas não liberais e arbitrarias. A autoridade exercida pelo estado sobre o setor da família foi em parte auxiliada pela maneira inquestionável através da qual iniciativas de reforma estatal foram aceitas pelo movimento de mulheres que se iniciava em Mysore naquela época.<sup>33</sup> Apesar do longo e um tanto explícito engajamento com a questão das prerrogativas das castas baixas na emergente ordem burocrática e social, o Marajá de Mysore foi muito mais relutante em se dispor de seus preconceitos contra o empoderamento de mulheres. Ele não aceitou que mulheres se tornassem habilitadas como membros em ambas assembléias e considerou a limitada extensão da cidadania para mulheres como mais do que suficiente.<sup>34</sup> Duas mulheres foram aceitas como membros e nomeadas para o Conselho Legislativo de Mysore, em 1930 após o comitê de reformas constitucionais Brajendranath Seal de 1923 e, somente no próximo

<sup>33</sup> Etienne Balibar identifica a família e a escola como os dois espaços fundamentais para a formação de consciência nacional, “The Nation Form” em Balibar and Immanuel Wallerstein (eds.), *Race, Nation Class: Ambiguous Identities* (London: Verso Publications, 1991), pp. 86-101.

<sup>34</sup> Bjorn Hettne, *The Political Economy of Indirect Rule: Mysore 1881-1947* (Delhi and Malmo: Curzon Press Ltd., 1978).

ciclo de reformas constitucionais (1940), as mulheres conseguiram obter um total de 11 vagas. Tornou-se claro que a categoria de mulher foi utilizada em seu sentido “unificador”, em contraposição às qualidades “divisivas” da casta: membros nomeados como K. D. Rukmaniamma negaram categoricamente a necessidade de “reservas para mulheres em uma base comunal.”<sup>35</sup> O cenário pósindependência em Mysore, que veio a se tornar Karnataka em 1973, foi um pouco diferente. A despeito da fraca presença do movimento de mulheres naquela região, e pouco ou nenhuma demanda por reservas para mulheres, Karnataka tornou-se o estado que primeiramente introduziu um sistema de reservas para mulheres o qual foi partilhado por todos os grupos de casta à altura do Ato de Nagarpalika de 1992. Em outras palavras, o sistema de reservas baseado em castas para órgãos locais já havia sido concedido quando o sistema de reservas para mulheres foi implementado. O Ato de Nagarpalika de 1992 não tornou mandatória a reserva de vagas para OBC (other backward classes) e, mesmo estados como Tamil Nadu que tem uma história sólida de asserção não Brama, não implementou semelhantes cotas.<sup>36</sup> De fato, sob a sessão 243T da Constituição Indiana, a reserva de um terço de vagas para mulheres era mandatória enquanto que a reserva de vagas para classes desfavorecidas era apenas opcional. Como é então que Karnataka reconfigura os debates sobre reservas para mulheres?<sup>37</sup>

As mulheres foram uma presença minimamente representada na municipalidade de Bengaluru após 1949, quando o Posto Militar

---

<sup>35</sup> Hettne, *The Political Economy of Indirect Rule*, p. 111. Uma discussão mais elaborada sobre as trajetórias relacionadas sobre as medidas da reforma de casta e gênero em Mysore no início do século 20 está em meu livro *Mysore Modern: Essays in Social, Political, and Cultural History* (no prelo).

<sup>36</sup> Veja Archana Ghosh, “Women’s Reservations and Electoral Politics in Urban Local Bodies: An Analysis of Chennai Municipal Corporation”, *Indian Journal of Gender Studies*, 10:1 (2003), pp. 117-41. De fato, a TN de Órgãos Urbanos Locais de 1998 fala somente sobre a reservapara SC e ST em todos os Órgãos Urbanos Locais mas não para Backward Classes. A pergunta sobre cotas para Backward Classes em Tamil Nadu parecem ser naturalizadas dentro de diferentes facções partidárias. Eu estou agradecida a Archana Ghosh por essa informação.

<sup>37</sup> Apenas alguns poucos estados implementaram reservas em municipalidades; eles incluem Orissa, Andhra Pradesh, Gujarat, Haryana, Madhya Pradesh, Maharashtra, Punjab, Rajasthan e Uttar Pradesh.

e a Cidade foram unificados em uma corporação única, seus números raramente excediam 10 por cento no conselho. Entre 1954 e 1963, houve um experimento com distritos de membros duplos, no qual uma das duas vagas foi reservada para as sessões “mais fracas” e mulheres também se beneficiaram. Entre 1949 e 1996, houve apenas uma mulher Prefeita, Indiramma, apesar de as mulheres, às vezes, serem escolhidas como representantes de prefeitos em conselho. Houve várias lacunas no processo eleitoral, desde que a Corporação da Cidade foi suspensa entre 1966-70, 1973-1983 e depois novamente em 1989 e desde 2006 até o presente. A cidade, que tinha 50 distritos em 1949, quando as duas municipalidades da cidade de Bangalore e a Estação Civil e Militar de Bangalore foram unidas, expandiu-se para 63 distritos em 1963 e 87 distritos em 1983, dos quais 17 foram reservados para mulheres. Naquele ano, o governo de Karnataka tomou o passo inédito de tornar mandatórias as reservas para mulheres para 20 por cento em distritos municipais, dessa forma transformando campanhas e eleições em nível de cidade.<sup>38</sup> A 74ª Emenda da Constituição ou o Ato Nagarpalika de 1992 (operacionalizado em 1993) expandiu esses benefícios para toda a nação e estabeleceu a reserva de um terço das vagas para mulheres em órgãos urbanos locais. À altura das eleições de 1996, o número de distritos em Bengaluru expandido-se para 100, e permaneceu o mesmo para as eleições.<sup>39</sup> Cada distrito cobre uma população entre 30 a 50 mil habitantes.

Apesar de a 74ª Emenda Constitucional apenas ter reservado distritos para as populações SC/ST e para mulheres, e não para OBCs, Karnataka, com sua longa história de reservas para classes desfavorecidas,<sup>40</sup> estava entre os poucos estados que também instituíram um complexo sistema de reservas de distritos em uma base rotativa para duas categorias de Classes Backward,

---

<sup>38</sup> K. Subha, *Women in Local Governance* (Jaipur: RBSA Publishers, 1994), pp. 57-60.

<sup>39</sup> O Conselho foi suspenso desde 2006: uma reconfiguração de constituintes se encontra em curso.

<sup>40</sup> Veja G. Thimmaiah, *Power Politics and Social Justice: Backward Castes in Karnataka* (Delhi: Sage Publications, 1993).

respectivamente chamadas Classe Backward (A)<sup>41</sup> e Classe Backward (B),<sup>42</sup> com a categoria Geral cobrindo o restante. Assim, enquanto o total de 18 por cento de todas as vagas foram reservadas para Classes Escaladas e Tribos, um terço foi reservados para Classes Backward que foram divididos em duas categorias: BC (A) e BC (B), das quais a primeira se beneficiava de 80 por cento das vagas reservadas naquela categoria. Às mulheres foi loteado um terço das vagas de todas essas categorias, totalizando 35 vagas. Contudo, visto que o Ato Municipal dos Conselhos de Karnataka (1976) não especifica modalidades no processo de decisão sobre a questão controversa dos distritos serem reservados sob o sistema de rotatividade, tanto o perfil do distrito quanto a relativa força de partidos políticos tornaram-se cruciais.<sup>43</sup> O “princípio estatístico” não foi seguido nem mesmo no caso dos distritos SC/ST, nos quais perfis demográficos podiam ser usados. Como Chefe Eleitoral Oficial do CCB (Corporação da Cidade de Bengaluru) admitiu, a escolha ficou à critério do Governo antes de cada eleição. Isso deixou o conselho e os conselheiros sem poder para desafiar a decisão, apesar de que “era uma decisão política feita pelos partidos.<sup>44</sup> Os distritos em si eram divididos entre velhos (desenvolvidos) com orçamentos de Rs. 30 lakhs, distritos parcialmente desenvolvidos com orçamentos de Rs. 50 lakhs, e distritos recentemente acrescentados que contavam

<sup>41</sup> A lista de castas dentro dessa categoria incluíam Golla, Kuruba, Thigala, Sali, Yadava, Nayanaja Kshatriyas e outras além de Muçulmanos.

<sup>42</sup> A lista de castas dentro dessa categoria incluíam as castas dominantes Vokkaliga, Lingayat, Reddy, and Banajiga, incorporando também o critério de renda.

<sup>43</sup> O Ato especifica na Subseção 1: “Para os propósitos da eleição de Conselheiros do Governo, deve, por notificação determinar:

1. Os distritos nos quais a cidade deve ser dividida e a extensão de cada distrito;
2. O número de vagas a ser distribuídas para cada distrito deve ser uma;
3. O número de vagas reservadas para Classes Programadas, as Tribos Programadas, classes Backward e Mulheres e os distritos nos quais tais vagas devem ser reservados.

(1-A) Nenhuma notificação que esteja sob a Sucessão (1) deve ser questionada em nenhuma corte.

<<http://karsec.gov.in/reservationrules-fs.html>>, acessada em July 8, 2008.

<sup>44</sup> Entrevista com Shashidhar Murthy, Chefe Oficial Eleitoral, BMP, 11 de Outubro, 2002.

com um orçamento de Rs 80 lakh, apesar de todos serem qualificados a receber concessões e orçamentos substancialmente mais altos de acordo com categorias individuais. Porém, não existe necessariamente uma homogeneidade entre distritos: novos distritos podiam conter pequenas regiões agricultoras, assim também como populações BDA, e são entremeados por ocupações e depósitos de lixo. Como veremos, apesar de não haver nenhum padrão discernível nos distritos que foram distribuídos entre mulheres, há distritos que têm sido zelosamente guardados da “intrusão” de reservas para mulheres até agora. A constituinte de Narendra Babu (Nagawara) foi uma das escolhidas para o sistema de reserva, que ele lutou para preservar como um distrito geral.<sup>45</sup> Semelhantemente, Visveswarapuram, por exemplo, que se encontra entre um dos mais velhos distritos de “manutenção” (portanto já desenvolvidos) localizados no coração da cidade de Bangalore, conseguiu reeleger o mesmo conselheiro, P.R. Ramesh, em três eleições sucessivas, 1990, 1996, 2001, mesmo quando foi modificado de distrito BC (A) para distrito Geral.

O sistema ampliado de reservas desde o início dos anos 80 alterou dramaticamente o perfil da presença feminina do conselho.<sup>46</sup> Os dois turnos de eleições realizadas sob a nova lei, 1996 e 2001, aumentaram a visibilidade das mulheres corporativas, que também ocupavam regularmente os postos de Prefeita e Representante de Prefeita, assim também como membros integrantes de comitês permanentes.<sup>47</sup> Ainda assim, muitas mulheres corporativas haviam sido amplamente retratadas, particularmente pela mídia, como simples substitutas, procuradoras ou mantenedoras das posições de outros homens da família em suas famílias – geralmente maridos, mas também pais e filhos.<sup>48</sup> O argumento de “procuradoras”

---

<sup>45</sup> Entrevista com Pushpalata, 11 de Junho, 2002.

<sup>46</sup> Em 1983, um eleitor contestou a decisão do Governo de reservar 17 vagas para mulheres dentro do novo ato na Alta Corte de Karnataka mas não conseguiu permanecer nas eleições. Subha, *Women in Local Governance*, p. 60.

<sup>47</sup> A BMP segue o sistema do Comitê Permanente que é chefiado pelo Prefeito, apesar de que as decisões são tomadas em diversos comitês separados.

<sup>48</sup> “Who Mans Women Corporators’ Wards?” *The Hindu*, Oct 17, 2006. Esse é apenas um exemplo representativo do tipo de escrita “inspirada” por mulheres conselheiras em Bangalore.

freqüentemente ofuscou argumentos baseados nas capacidades inerentes e tem, por outro lado, tornado-se uma das armas mais importantes em um arsenal de razões para negar às mulheres um lugar em corpos legislativos. Como veremos, porém, a situação é consideravelmente mais complicada do que generalizações simples têm apresentado e, portanto, tem conseqüências importantes para a natureza e o impacto do sistema de reservas para mulheres.

Bengaluru também tem vivenciado um grau de ativismo civil bastante elevado entre seus residentes de classe média que vêm reformulando o significado de “vizinhança”. Desde os anos 80, as mulheres têm sido calorosamente acolhidas em certos tipos de ativismo cívico, particularmente após a emergência de Associações de Residentes. Essas associações foram uma continuação de antigas associações de pagadores de taxas, apesar do fato de suas preocupações e sócios serem notavelmente diferentes. As associações tornaram-se um recurso para grupos localizados em regiões mais isoladas para buscar e assegurar serviços básicos como abastecimento de água, eletricidade ou serviços de ônibus. Em meados dos anos 90, o ativismo ainda emergente recebeu um impulso adicional a partir de uma iniciativa financiada pelo estado, intitulada Swabhimana. Essa iniciativa foi um esforço de desenvolver novas formas de organização não governamental para ampliar a participação de cidadãos na política em nível distrital. Um dos primeiros grupos que existiram em Malleswaram, e a idéia de se construir um fórum que se estendia por toda cidade surgiram durante conversas entre representantes da UN-ESCAP e o então Administrador da Corporação, A. Ravindra.<sup>49</sup> Em 1995, o Ministro Chefe, Deve Gowda, lançou oficialmente o fórum Swabhimana que possibilitou a criação de quase 150 organizações dessa natureza ao final dos anos 90.

O surgimento de associações alicerçadas em vizinhanças, particularmente desde 1990, ocorreram durante um período no qual preocupações como o serviço de entregas na cidade havia atropelado qualquer outra definição de envolvimento político, particularmente

---

<sup>49</sup> James Heitzman, “Local Democratic Participation” (não publicado, 1997).

pela classe média.<sup>50</sup> Há um notável distanciamento da antiga forma de engajamento político para uma forma de se lograr o processo político que é geralmente considerado corrupto, burocrático e altamente voltado para a proteção do pobre. Muito do trabalho desenvolvido em associações de residentes é voluntário, com carga horária parcial, e não segue formalmente nenhuma regra de representação ou eleição. Mulheres de classe média têm sido notavelmente ativas nesses fóruns, o que é visto como uma extensão de seus papéis como domésticas para a vizinhança como um todo, visto que essa forma de ativismo é amplamente associada com coleta de lixo, manutenção de parques e atividades comunitárias em áreas residenciais de classe média. Mulheres também têm sido notavelmente bem sucedidas em adentrar a esfera do ativismo civil através de sua intervenção na manutenção de um perfil estritamente residencial para a vizinhança. Associações de Residentes regularmente mantêm parques e espaços abertos para o uso exclusivo de residentes de classe média da área, através do uso de portões e cadeados. Além disso, essas associações seguem rigorosamente as leis de zoneamento distrital, e buscam reforçá-las quando são violadas impunemente. Em 1997, mulheres de Lal Bahadur Shastir Nagar, por exemplo, tomaram a lei em suas próprias mãos ao fechar uma loja de bebidas alcoólicas após o suicídio de uma jovem e foram aplaudidas por esse ato.<sup>51</sup> Concluindo, os membros de Associações de Residentes normalmente incluem residentes de favelas e povoados pobres como membros, e foram bem sucedidas em manter um perfil rigoroso de classe média.

O ativismo de mulheres nessas associações parece reforçar estereótipos de gênero, o que requer um comportamento político das mulheres que é marcadamente diferente de seus parceiros masculinos: assim, mulheres são elogiadas por sua capacidade

---

<sup>50</sup> Eu discuti esse fenômeno com relativa minúcia em “‘Social Municipalism’ and the New Metropolis”, em Mary E. John, Surinder Jodhka e Praveen Kumar Jha (eds.), *Contested Transformations: Changing Economic and Identities in Contemporary India* (Delhi: Tulika, 2006), pp 125-146.

<sup>51</sup> “Lal Bahadur Shastrinagarada Bahadur Kelasa”, *Slum Suddhi*, September-November 1997. Semelhantemente, os residentes de Kempapura Agrahara conseguiram mudar a loja de bebidas alcoólicas organizando-se e protestando sua presença.



de se manterem distantes da corrupção, por um interesse inerente em buscar resultados. As Associações de Residentes representam então uma forma de antipolítica? Tal leitura é tentadora quando consideramos que o modo preferido de transação dessas organizações é através do burocrático e do oficial ao invés de se recorrer a representantes eleitos. Já discuti em outra oportunidade as novas bases institucionais de tal ativismo, e as atividades em si com uma forma de “municipalismo social”, uma abordagem administrativa para a cidade que tenta evitar as transações mais tediosas da política representativa.<sup>52</sup> Semelhantemente, em sua análise de Associações de Delhi, Stephanie Lama Rewal caracteriza tais atividades com formas de *contra-democracia*, contestando e esclarecendo, mas não bloqueando o âmbito de políticas eleitorais.<sup>53</sup> Uma oportunidade de interface entre membros de corporação e Associações de Residentes de Previdência Social (ARPS) foi provida pelos Comitês Distritais instituídos pelo Ato de Nagarpalika. Comitês distritais deveriam consistir de conselheiros eleitos assim como de especialistas locais e dois membros de organizações locais através do sistema de indicação. Previsivelmente, enquanto ARPSs pressionaram pela formação de tais comitês, membros de corporações tendem a vê-los como transgressões ao poder e têm-se, em sua maioria, resistido à sua consolidação.

Apesar dos estudos amplos e detalhados sobre o impacto do sistema de reservas nas instituições Panchayats Raj, as atenções voltaram-se para os desdobramentos do Ato de Nagarpalika apenas recentemente. Porém, os estudos sobre a participação de mulheres

---

<sup>52</sup> Nair, “‘Social Municipalism’ and the Indian Metropolis”. Asha Ghosh também discute os novos experimentos com formas institucionais em Bangalore, enfocando particularmente na Agenda da Força Tarefa de Bangalore (AFTB) que funcionou entre 1999 e 2004. Veja “Public Private or Private Public? Promised Partnership of the Bangalore Agenda Task Force”, *Economic and Political Weekly*, 40:47 (Novembro 19, 2005), pp. 4914-22.

<sup>53</sup> Stephanie Tawa Lama-Rewal, “Neighbourhood Associations and Local Democracy: Delhi Municipal Elections 2007”, *Economic and Political Weekly*, 42:47 (Novembro 24, 2007), pp. 51-60, esp. 59; veja também nessa mesma edição, Marie Helene Zerach “Middle Class Neighbourhood Associations as Political Players in Mumbai” pp. 61-68.

rurais em órgãos locais levantam questões úteis e cruciais que podem formar um ponto de partida necessário para a investigação de órgãos urbanos locais. Como era de se esperar, um amplo número de estudos tem focado em grande escala a participação de mulheres na vida política, até mesmo quando o mesmo é obrigatório por lei. A figura da “mulher substituta”, como já foi discutido acima, domina tais discussões, apesar das restrições impostas pelas horas de trabalho, a distância para o trabalho e os desencorajantes tumultos da política também serem reconhecidos.<sup>54</sup> Além disso, continuam a existir expectativas impraticáveis sobre as mulheres, geralmente advindas das próprias mulheres, o que reforça formas influenciadas por noções de gênero sobre a adequação de mulheres para o trabalho político. Portanto não é surpreendente que muitos oficiais de serviço público e membros de corporações enfatizem a importância de “treinamento” contínuo de homens e mulheres para cargos de responsabilidade.<sup>55</sup> Porém, visto que a maioria dos estudos também aponta para as incertezas de reeleição para mais de 90 por cento das mulheres em panchayats, já que uma eleição é “algo que ocorre uma vez,”<sup>56</sup> programas de treinamento podem ter pouco efeito cumulativo. No setor urbano, as incertezas do sistema rotativo apenas aumentam a inutilidade de tal planejamento.

- 
- <sup>54</sup> Veja Manu Bhaskar, “Women Panchayat Members in Kerala: a profile”, *Economic and Political Weekly*, 32:17 (April 26, 1997), pp. WS 13-21; Hirway “Panchayati Raj at the Crossroads”. Veja também Nair “An Important Springboard”; V. Vijayalakshmi and B.K.Chandrasekhar “Authority, Powerlessness, and Dependence: Women and Local Governance in Karnataka”, mimeo (Bangalore: Institute for Social and Economic Change: 2001). Mais recentemente, veja Bilkis Vissanjee, Shelly Abdool, Alisha Apale, e Sophie Dupere, “Women’s Political Participation in Rural India: Discerning Discrepancies Through a Gender Lens,” *Indian Journal of Gender Studies*, 13:3 (September-December 2006), pp. 425-50.
- <sup>55</sup> Entrevista com Shashidhar Murthy, BMP, 11 October 2002. Veja também, “Training and empowerment of women in local bodies”, Comitê para o Empoderamento de Mulheres, (2002-3) Décimo Terceiro Lok Sabha, Relatório Oito, <<http://164.100.24.208/ls/committeeR/Empowerment/8th/report.html>>, (acessada em Julho 14, 2008).
- <sup>56</sup> V. Vijayalakshmi and B.K.Chandrasekhar “Political Representation: Its Practice in Local Governance”, mimeo (Bangalore: Institute for Social and Economic Change), p. 10.

O fato de que mulheres ocupam muitas posições de autoridade formal, sem desfrutarem de poder substantivo, tem sido tão amplamente reconhecido que obscurece questões mais importantes – o que explica o sucesso masculino na política e quais os obstáculos enfrentados por mulheres que são também enfrentados por homens? Aqui, os estudos sobre *panchayats* rurais são instrutivos visto que eles têm revelado espaços institucionais importantes tanto para o sucesso eleitoral quanto para a participação em processos de decisão rural. Contudo, as condições em órgãos urbanos locais podem ser inconfundivelmente diferentes, especialmente para mulheres que podem não ter que encarar as deficiências debilitadoras da vigilância na mesma proporção.<sup>57</sup> Além disso, há um considerável grau de desnivelamento nos tipos de instituição que podem ter importância em um espaço urbano se comparado com o setor rural. Finalmente, há muito mais populações que são servidas por membros de assembléia em cidades, com problemas muito mais complexos, do que em *panchayats* rurais.

Na sessão seguinte eu busco ir além de listagens de desvantagens enfrentadas por mulheres, ao invés de enforcam as formas através das quais a governança urbana local é influenciada por questões de gênero para produzir relações que distribuem os recursos através dos quais homens e mulheres participam na vida política pública de maneira sistemática e bastante imprevisível.

Bangalore, que tem uma população de quase sete milhões, está espalhada por aproximadamente 500 milhas quadradas e apresenta um contraste marcante em relação a muitas outras metrópoles como Delhi ou Chennai por uma série de motivos. Possui o sistema de reservas mais complexo e extenso de todas as metrópoles. O perfil dos membros de corporação, eleitos após o Ato de Nagarpalika, foi portanto bastante distinto. Comparado com Delhi, por exemplo, as mulheres eram muito mais jovens do que os homens, e membros de corporação eram geralmente mais jovens e inexperientes.<sup>58</sup>

---

<sup>57</sup> Veja por exemplo, Ghosh, “Women’s Reservations and Electoral Politics in Urban Local Bodies” e Archana Ghosh e Stephanie Tawa Lama-Rewal, *Democratization in Progress: Women and Local Politics in Urban India* (Delhi: Tulika, 2005).

<sup>58</sup> John, “Women in Power?”, p. 3988.

Diferentemente de Chennai, mais da metade dos membros de corporações eram principiantes na política dentre os quais a maioria eram mulheres.<sup>59</sup> Como previsto, aquelas que apresentavam carreira política mais longa eram provenientes de classes altas e dominantes. Entre os Muçulmanos, as mulheres apresentavam um grau de educação formal mais elevado do que homens.<sup>60</sup> Níveis educacionais eram bastante misturados em Bangalore e Chennai, assim também como níveis ocupacionais, e mais de 75 por cento das mulheres em Bangalore declararam-se donas de casa.

#### A POLÍTICA POSSÍVEL DE GÊNERO E CASTA

Considere essas três vinhetas sobre as vidas de mulheres membros de corporação em Bengaluru de 1996 as 2001. Padmini Reddy (distrito Pulakeshi Nagara, eleita no ano de 2001) confessou que ela era apenas a conselheira por lei, enquanto seu marido era o membro de fato. Em suas palavras, “Eu não tinha a intenção de entrar no campo da política.”<sup>61</sup> Padmavathi Gangadhara Gowda (Yediyur, 1996), que ingressou na política em 1983, quando as vagas para mulheres foram reservadas pela primeira vez, deu ao seu marido o crédito por ter trazido-o para tal cenário. Mesmo assim ela já venceu três eleições e foi eleita Prefeita por um período eleitoral, e agora trabalhava em prol da eleição de seu marido.<sup>62</sup> Finalmente, há o caso de Mamta Begum (Shivajinagar, 1996, 2001) que esteve ativamente envolvida em vários comitês hospitalares, escolares e de lojas, concorrendo e vencendo pela segunda vez, a despeito de uma intimação impetrada por líderes da comunidade masculina que contestavam o sistema de reservas para mulheres em uma área predominantemente Muçulmana.<sup>63</sup>

Pode-se então perguntar: qual desses exemplos seria a mais verdadeira representação daquilo que o sistema de reservas para mulheres tem alcançado? Seria o cenário no qual as mulheres estariam contentadas em permanecer políticas “substitutas” e

<sup>59</sup> Ghosh, “Women’s Reservations and Electoral Politics in Urban Local Bodies.”

<sup>60</sup> John, “Women in Power?” p. 3988.

<sup>61</sup> *Slum Suddhi*, Outubro 1998, pp. 1-10.

<sup>62</sup> Entrevista com Padmavathi Gangadhara Gowda, June 14, 2002.

<sup>63</sup> Entrevista com Mamta Begum, July 3, 2002.

permitir que os homens da família fizessem o trabalho (um modelo suplente)? Ou seriam essas mulheres “masculinizadas”, que fazem mímicas de homens no poder, enquanto confiam em parceiros masculinos, mesmo que apenas em curto prazo, para servir o distrito ao qual representam? Ou seriam as mulheres que convertem com sucesso outras formas de capital associativo em ganhos eleitorais em um modelo dominante? A pergunta, se colocada de uma maneira que visa fazer escolhas únicas entre esses cenários extremamente variados, seria bem sucedidas apenas em estabelecer uma verdade muito parcial. Ao invés disso, deveríamos então perguntar: existem recursos que sejam indispensáveis para homens e mulheres e, sendo este o caso, como são os mesmos obtidos de forma diferenciada? Quais são as oportunidades para se soerguer acima de considerações de gênero para homens e mulheres, e para mulheres de castas/classes mais altas em contraposição a castas/classes mais baixas? Qual é a política possível em um cenário no qual a dinâmica de casta e classe já é parte do senso político comum no qual uma política fundamentada em questões de gênero é vista ou como um incômodo ou uma ameaça?

### **(i) O Partido**

O partido político encontra-se certamente entre os mais importantes órgãos que mediam e estruturam a vida política de membros de corporação e isso é fato verídico tanto para mulheres quanto para homens. O apoio do partido foi crítico para o sucesso de ambos, homens e mulheres, candidatos. Tem sido repetidamente observado que até candidatos independentes que ocasionalmente vencem se movem para partidos em voga e mais substanciais visando manter suas carreiras e garantir maiores orçamentos e conveniências para seus distritos. Nas eleições de 1983, candidatos independentes (homens e mulheres), que constituíam quase 59 por cento daqueles que concorriam, mal conseguiram obter dois por cento das vagas disponíveis.<sup>64</sup>

---

<sup>64</sup> Subha, *Women in Local Governance*, p. 64.

Muitas mulheres membros de corporação que aderiram ao conselho em 1996, como Ratna Gopal Reddy (Jeevanbimanagar, 1996)<sup>65</sup> Bharati Shivaram<sup>66</sup> (Kempapura Agrahara, 1996) e Nalini Basavaraj<sup>67</sup> (Pattabhiramanagara, 1996) e J.N. Nirmala atribuíram o sucesso de suas campanhas ao apoio do partido e de certos MLAs. Uma referência marcante, em um sem número de entrevistas com homens e mulheres membros de corporação, foi uma importante figura política, geralmente um MP (Membro do Parlamento) ou MLA (Membro de Assembléia Legislativa) que podia iniciar a campanha política de alguém. A palavra “padrinho” foi freqüentemente usada por homens e mulheres para descrever o político mais experiente em questão. Porém, como veremos a seguir, o “membro de corporação transformado em MLA” podia também colocar sérias dificuldades para membros iniciantes em corporações, especialmente se ela/ele fossem de um partido diferente.

Além disso, o partido tomou decisões importantes sobre a questão de as mulheres receberem ou não permissão para concorrer a partir de distritos gerais. G. Padmavathi (Sriramamandira, 1996/Prakshnagar 2001), uma representante eleita por três mandatos, mudou-se do Janata Dal para o I Congresso e também alterou constituintes, visto que o partido I Congresso a escolheu para se candidatar através do distrito vizinho Prakashnagar, quando ele foi reservado para mulheres. Partidos podiam também negar, a mulheres que haviam desenvolvido um apetite por trabalho de conselho, a chance de concorrer a partir de determinados distritos.<sup>68</sup> Foi oferecida a Mahadevamma (Kamalanagar, 1996), uma estreante relutante que eventualmente desenvolveu entusiasmo pela política distrital, uma segunda chance em 2001, apesar da oferta referir-

---

<sup>65</sup> Entrevista com Ratna Gopal Reddy, June 4, 2002.

<sup>66</sup> Entrevista com Bharati Shivaram, June 22, 2002.

<sup>67</sup> Entrevista com Nalini Basavaraj, June 11, 2002.

<sup>68</sup> P.N. Chandrakala (Peenya Industrial Estate, 1996), cujo candidatura foi recusada quando almejava concorrer do seu distrito mesmo quando foi transformado em um distrito geral. Em parte, houve hostilidade por parte dos Vokkaligas (classe dominante que possui terras/bens) em relação a uma Golla (casta de pastores) a quem foi dada uma oportunidade de candidatura duas vezes. Entrevista com P.N. Chandrakala, Junho 10, 2002.

se a um distrito diferente. Em outras palavras, homens e mulheres decidiram trocar ou não de partidos e distritos, visando aumentar as chances de vitória sob o sistema de reservas rotativas: uma ampla gama de considerações, e não apenas gênero, determinava a “capacidade de vitória” do candidato.

## (ii) A Família

Uma das costumeiras pressuposições sobre mulheres é que as mesmas são incapacitadas pelas tarefas domésticas durante os anos em que geram, criam e educam crianças. A naturalização da família como um espaço hierárquico não somente favorece e liberta homens da família, mas consolida o poder masculino fora de casa também. As pressuposições tornam-se as maiores razões pelas quais às mulheres são negadas oportunidades em participar da política. Como foi francamente colocado por Suryanarayana (Sampangiramanagara, 1996):

Se as mulheres entram na política afetará suas famílias...Para os homens, não há problema, homens podem ir a qualquer lugar, podem fazer qualquer coisa, mas mulheres não podem se comportar como homens.<sup>69</sup>

Ou nas palavras de um crítico mais desinteressado na presença de mulheres na vida pública, Anwar Sherief (Kaval Byrasandra, 1996):

A reserva de um terço dos distritos para mulheres é um problema: o que as mulheres sabem fazer? Mulheres não têm mobilidade. Elas nem conhecem suas travessas, cruzamentos e estradas adequadamente...

Mulheres conselheiras transferem suas responsabilidades para seus maridos. Seus maridos, apesar de cometerem erros, não são vistos em público. Mulheres conselheiras não têm tempo suficiente para completar o trabalho doméstico e elas também têm que dormir em casa. Portanto elas estão nominalmente lá.<sup>70</sup>

É muito menos freqüente se pensar sobre a família como um recurso para se construir a carreira política. Mesmo assim, a pesquisa feminista estabeleceu que a família é um recurso importante tanto

<sup>69</sup> Entrevista com Suryanarayana, July 3, 2002.

<sup>70</sup> Entrevista com Anwar Sherief, July 1, 2002.

para homens como para mulheres conselheiras em cidades como Mumbai.<sup>71</sup> Apesar de haver um número considerável de homens que reconheceram a importância da família em ajudá-los a adentrar e ter um papel na política, reconheceu Anwar Sharief, a esfera da família oferece possibilidades ambivalentes para as mulheres na política.

Várias conselheiras apontaram para a vantagem de serem identificadas como “mulheres de família” e, portanto, trabalhavam ao lado de seus homens na esfera política. Padmavathi Gangadhara Gowda, que serviu três mandatos como membro de corporação (1983, 1990, 1996), buscou ativamente o apoio de seu marido como uma forma de aprender sobre questões e trâmites da política de distritos. Ao final de dois ou três anos, ela se tornou bastante apta a lidar com tais assuntos por si própria. Buscar o apoio e a ajuda de seu marido (e de outros homens) foi visto como uma vantagem adicional, visto que supria aos membros do distrito dois ou três “conselheiros” com os quais podem contar na resolução de problemas. Vijayalakshmi Keshavaraju (Ejipura, 1996) disse que seu marido queria concorrer às eleições e a colocou como subrogada, cuidando do distrito durante os dois primeiros anos. Depois que ela firmou seus pés na política, eles trabalharam juntos “como dois conselheiros” através da divisão do trabalho que foi bastante popular entre os membros da corporação: ela fazia o trabalho do escritório, e ele fazia o trabalho da área.<sup>72</sup> Nalini Basavaraj admitiu que a influência de seu marido no partido Janata Dal rendeu a ela o assento, além do prestigioso cargo de Presidente do Comitê de Recursos.

De fato, manter o cargo de conselheira dentro da família era considerado tão importante quanto ganhar a vaga pela primeira vez. Mahadevamma (Kamalanagar 1996)<sup>73</sup> aceitou o apoio de seu filho em todo o trabalho do distrito, e ele prosseguiu triunfante na eleição de 2001, mesmo como candidato independente. A redistribuição de papéis domésticos foi interessante: ela assumiu os negócios da família

---

<sup>71</sup> Ghosh e Lama Rewal, *Democratization in Progress*.

<sup>72</sup> “Nas palavras de Lalitha Srinivasa Gowda, “O que há de errado em se trabalhar conjuntamente especialmente quando isso garante melhores serviços?” Entrevista com Lalitha Gowda (Srinagar, 1996), Julho 23, 2002.

<sup>73</sup> Entrevista com Mahadevamma, July 9, 2002.



na administração de um restaurante, deixando seu filho Shivaraju e seu marido livre para fazer o trabalho do distrito, visto que “ao final das contas está tudo em família.”

A presença de homens ao lado de mulheres não implicava necessariamente na dominância dos mesmos: a carreira política de Lalitha Srinivas Gowda contou com o apoio de seu marido, mas a sua proximidade com o então Ministro Chefe S.M. Krishna era bastante conhecida. Semelhantemente, Ratna Gopal Reddy, membro da corporação de Jeevanbima Nagar, trilhou um caminho independente e desenvolveu uma relação verossímil com sua constituinte: portanto, foi ela, e não seu marido, que foi colocada como candidata quando o distrito foi declarado um Distrito Geral em 2001. É bastante significativo que muitas das mulheres entrevistadas o fizeram na presença de seus maridos. O uso persistente do “plural” pelas mulheres que sucederam ou que foram sucedidas, por homens membros de corporações foi também instrutivo. O marido da conselheira Chinamma’s (Banswadi, 1996) respondeu a pergunta sobre qualquer discriminação percebida contra mulheres dizendo: “nós nunca sentimos nenhuma discriminação porque nós somos uma mulher conselheira. Todos foram bons para nós.”<sup>74</sup> A instropeção que veio após a derrota de seu cunhado na eleição de 2001, quando o distrito foi reservado como Distrito Geral, levou à conclusão de que ela poderia ter concorrido e vencido novamente.

Indubitavelmente, a família foi um campo de treinamento inicial decisivo tanto para homens quanto para mulheres que aspiravam à carreira política.<sup>75</sup> As mulheres frequentemente assistiam aos homens em suas famílias visando desempenhar o trabalho do distrito: um exemplo desse tipo foi a esposa de Sathyanarayana<sup>76</sup> (Basavangudi, 2001). Para aquelas mulheres membros de corporação que se sentiram inseguras em relação a serem vistas sozinhas em solenidades que ocorriam tarde da noite, ou em festivais da cidade

<sup>74</sup> Entrevista com Chinamma, July 17, 2002.

<sup>75</sup> Archana Ghosh e Stephanie Tawa Lama-Rewal, *Democratization in Progress: Women and Local Politics in Urban India* (New Delhi: Tulika, 2005). Também, Tawa Lama-Rewal, “Fluctuating, Ambivalent Legitimacy of Gender as a Political Category”, *Economic and Political Weekly*, 36:17 (28 April 2001), pp. 1435- 40.

<sup>76</sup> Entrevista com Sathyanarayana, July 22, 2002.

nos quais houvesse homens bebendo, ou em construções ou em trabalho de reparo que fosse organizado à noite, um homem membro da família era uma presença útil. Em outras épocas, apesar de menos freqüente, homens da família poderiam criar sérios empecilhos para a candidatura de uma mulher. Havia homens que não viam nenhum problema em confinar mulheres na cozinha depois de ter vencido a eleição e falavam por elas durante entrevistas. Em pelo menos dois casos, homens recusavam-se a permitir que as mulheres falassem, embora os protocolos de se permitir que as mulheres concorressem às eleições e atendessem o conselho fossem observados. As próprias mulheres, às vezes, afastavam-se do processo político devido a uma sensação de perda da vida de família, ou em função de uma ansiedade pelas ambições políticas de homens, revelando as formas através das quais a ideologia da família subordinava as ambições das mulheres às dos homens.

Em algumas instâncias, quando as ambições das mulheres excediam ao papel designado de “substituta”, o resultado era a incessante hostilidade de homens membros da família. Zaheeda<sup>77</sup> (Neelasandra 1996) enfrentou vigorosa hostilidade de seu cunhado que a havia encorajado inicialmente, mas descobriu em breve que era impossível manter o controle da posição. Todas as tentativas foram feitas para atormentá-la, através do partido e através da liderança da comunidade muçulmana, através de alegações de que ela não deveria ter recebido permissão para concorrer.<sup>78</sup> Ainda assim, a despeito da influência, às vezes, claustrofóbica da família sobre as mulheres em particular, apenas três das 36 mulheres que venceram as eleições em 2001 estavam de fato relacionadas a antigas corporações. Dentre essas mulheres estavam Vijaya D. Muniraju (Janata Dal, S Chandra Layout), Geetha Sadashiva (BJP, Kempe Gowdanagar), e Pratima Raghu (BJP, Sir C.V. Raman Nagar).<sup>79</sup>

Sem dúvida, a família desempenhou um papel mais crucial em decidir a carreira de mulheres envolvidas na política: apesar do apoio da família ser geralmente abrandado pelos homens, não houve

---

<sup>77</sup> Entrevista com M. Zaheeda, June 25, 2002.

<sup>78</sup> *Ibid.*

<sup>79</sup> Entrevista com S. Raghu, June 10, 2002.

instâncias conhecidas de carga familiar atrasando ou impedindo suas carreiras. Para as mulheres, a família podia funcionar tanto como fonte de apoio ou como de impedimento. As mulheres estavam claramente mais subordinadas à ideologia da família do que os homens. Porém, como demonstram os resultados das eleições da Corporação de Bengaluru de 2001, o recrutamento de uma mulher ou filha não é garantia da reeleição de um homem para o mesmo distrito, o que era determinado por um conjunto de fatores muito mais complexos em função do sistema de rotação.

### (iii) Estágio no Ciclo da Vida

Em qual estágio, no ciclo de sua vida, poderia uma mulher imaginar ou conceber uma carreira na política? De longe, a maior categoria de mulheres membros de corporação, tanto em Delhi e Bangalore, eram domésticas, e mulheres de Bangalore geralmente tinham menos educação formal, e incluíam uma analfabeta.<sup>80</sup> Diferentemente da tendência notada na maioria dos outros lugares, porém, quando mulheres entram no mundo da política apenas após o término do período de geração e criação de suas crianças, 80 por cento das mulheres membros de corporação em Bangalore estavam entre 21-40 anos de idade, comparada com 50 por cento dos homens.<sup>81</sup> Porém, muitas mulheres membros de corporação comentaram sobre o fato de estarem, ou sobrecarregadas pelas responsabilidades de criar e educar crianças, ou aliviadas de tais responsabilidades através de assistência paga e gratuita.

A maioria das mulheres reconheceu que a família multigeracional era uma vantagem, apesar de depender do prestígio da mulher na família: muitas tinham que cumprir suas tarefas domésticas antes de comparecer ao conselho. Como insistiu Padmavathi Gowda, “Se a filha se torna uma conselheira, os pais se ajustam bem. Mas uma filha é uma filha e uma cunhada é uma cunhada. Ayyo. Já vi de tudo.”<sup>82</sup> Uma mulher conselheira, Pushpalatha<sup>83</sup> (Rajajinagar, 1996), cujo

<sup>80</sup> Mary John, “Women in Power?” p. 3988.

<sup>81</sup> *Ibid.*

<sup>82</sup> Entrevista com Padmavathi Gowda, June 14, 2002.

<sup>83</sup> Entrevista com Pushpalata, June 11, 2002.

esposo venceu a vaga na eleição de 2001, ficou feliz em retornar por completo para ao trabalho doméstico, apesar de ter sido assistida em seu trabalho como conselheira de forma interessante: seu sogro e sogra a incentivaram tanto que decidiram cortar o cabelo de suas três crianças para tornar a manutenção das crianças mais fácil! Mahadevamma, que nem sonhava tornar-se uma conselheira, assumiu um papel ativo na política com a ajuda de seu filho, declarando ter sido assistida pela presença de uma nora em sua casa. Por outro lado, uma mulher, membro de corporação, disse que seu sogro e sogra ficaram bastante hesitantes em apoiá-la inicialmente e, mesmo quando o fizeram, demonstravam muito mais orgulho dos empreendimentos de seus filhos.

De maneira alguma essas foram as preocupações expressadas em nenhuma das entrevistas com homens membros de corporações. Apenas para as mulheres o estado civil exerce um papel tão importante em definir seus planos de carreira profissional. Evidentemente, apesar do sistema de reservas ter forçado homens a partilhar o poder da vida política pública com mulheres, nenhum reajuste comparável de tarefas domésticas ou responsabilidades foi executado. De fato, tanto nos espaços públicos quanto nos políticos, as mulheres eram inspecionadas e julgadas de formas sem paralelo à vida dos homens.

#### **(iv) Sexualidade**

Ser eleita para o conselho da corporação não foi garantia para que se demonstrasse a essas mulheres respeito igual ou maior. Ao invés disso, o olhar público colocou-as sob um peso especial de demonstrar sua castidade. Havia um anseio de ser reconhecida como um ser “dessexualizado” segundo a observação de Padmavathi Gowda, que declarou “Homens nunca entendem que as mulheres também são “conselheiras eleitas” e que elas representam pessoas como os homens representam.” Ou como colocado por Vydehi, “um membro de corporação é de gênero neutro.” À parte de tal criação ilusória, as mulheres já são como sempre vulneráveis “seres sexuados” e, portanto, neutralizar tal percepção com suas performances de “esposas/filhas dedicadas” tornou-se crucial. Padmavathi Gowda descreveu sua performance de maneira interessante:

Há algumas mulheres que ficam na corporação da manhã à noite. Elas cometem o erro de entrar nos veículos de todos que lhes oferecem, sair para fazer refeições, café com todos aqueles que a convidam. Mulheres podem ter uma boa intenção, mas outros pensam que ela é “social.” De acordo com a nossa Cultura Hindu, não é [bom ser] social. ...Está tudo na cabeça das mulheres. “Mulheres de família” retêm o seu respeito mesmo após o seu mandato. ...é necessário para mulheres serem vistas com “boas mulheres” vindas de “famílias de bons costumes.”

O clamor para a cautela constante, por parte de mulheres, certamente foi um chamado ao qual muitas não prestaram atenção, e houve mulheres que tinham mais liberdade de movimento, como Mamtaz Begum e Vydehi, que usaram um tipo de carroça (two wheeler) para viajar para sua constituinte; uma conselheira chegou a contratar um motorista para guiá-la. Mas a forma mais fácil de ameaçar a carreira de uma mulher era fazer insinuações sobre sua sexualidade, e até empreendimentos bem sucedidos das mulheres eram atribuídos a sua sexualidade. A Representante da Prefeita Shahtaj Khanum (Gurappanapalya, 1996) foi caluniada por ter sido transformada em uma “figura de linguagem” por algo que foi amplamente percebido com comportamento público “inapropriado.” Outras foram roubadas de seus empreendimentos: Shantakumari (Mudalpalya, 1996/2001), uma das mulheres mais capazes da corporação, foi vítima de boato de ter obtido seu segundo mandato por causa de sua relação com o secretário do partido e/ou MLA. Uma mulher, membro da corporação que foi acusada de ter uma relação próxima ao presidente do partido era escoltada na ida e volta de suas reuniões de conselho por seu marido. A vitória e o subsequente assassinato de D. Shaila (Hombegowdanagar, 2001), levantaram dúvidas sobre seu “padrinho” Chandrappa, que havia projetado e subsequente obstruído as ambições políticas da jovem mulher.<sup>84</sup>

#### **(v) Política de Associação: Casta e Comunidade**

Ambos, homens e mulheres conselheiras, explicaram que o seu interesse em política foi despertado pela sua experiência dentro

---

<sup>84</sup> Entrevista com D. Shaila, June 12, 2002.

do campo que foi amplamente definido como “trabalho social”: elas afirmavam que a política representacional proporcionou novas oportunidades para continuar o seu “trabalho social.” Em várias instâncias isso pareceu ser uma frase que incluía uma ampla gama de organizações, de sociedades religiosas a sindicatos de comércio, de organizações baseadas em vizinhanças a organizações estabelecidas em locais de trabalho.

Em suas análises do funcionamento de mulheres em panchayats, Vijayalakshmi e Chandrasekhar observaram que as associações de castas exerciam um papel crucial nas escolhas feitas por partidos políticos, mas que essas associações eram influenciadas exclusivamente pelo gênero masculino. No cenário urbano, associações de casta foram cruciais apenas até o ponto da eleição, diminuindo de importância à medida que o trabalho do distrito prosseguia. Não obstante, também nas cidades, casta, língua, associações religiosas e até sindicatos de comércio eram reservas hiper-masculinas. Ser membro de associações de vizinhanças era vital para a construção da presença política na área e no processo de se estabelecer fortes ligações ao cenário local. Em particular, associações de línguas, sociedades Ganesha, Rajkumar Abhimanigala Sanghas (Associações de Fãs de Rajkumar, um proeminente ator do KANNADA na Índia) sindicatos de comércio menores e variados grupos jovens eram úteis. Mamta Begum esteve envolvida em vários comitês escolares e recebeu o apoio da Associação de Vendedores de Bife (AVB) e a Associação de Vendedores de Carneiro na região de Shivajinagar. Membros da AVB, por exemplo, estavam bem servidos por organizações como a Rashtriya Swayamsevak Sangh/Rashtriya Sevika Samiti(RSS). Em Malleswaram, a RSS conhecia todos os que residiam em cerca de 130 prédios e, dessa forma, puderam assistir Vydehi (Shivanagara, 1996) em sua campanha, ela própria sendo um membro da Rashtriya Sevika Samiti por 25 anos.

Nessa lista, associações de mulheres não figuravam tão evidentemente e provavelmente careciam de poder para influenciar o resultado de eleições se comparadas com outros tipos de associações. Os novos tipos de associações de Residentes também, como já discuti anteriormente, não se fizeram notar no campo da política representacional. O princípio de rotação reduziu consideravelmente,

mas não eliminou a influência de associações de casta em um cenário urbano: P.N. Chandrakala, que representou Peenya em 1996, foi vexada tanto por ser pobre como por ser proveniente de uma classe Backward (categoria BC-A) em uma área dominada por Vokkaligas. Por outro lado, ser parte de uma região dominada pela casta Vokkaliga foi citado como uma definitiva vantagem por Padmavathi Vijaykumar do distrito Malleswaram.<sup>85</sup> Porém, o número de conselheiros da casta BACKWARD por muito excedia o número de distritos que a eles havia sido reservados. A espantosa preponderância de OBC (outras classes subalternas) na arena da política local dizia respeito à uma identidade política estável que era desafiada e fortalecida pela política de reservas para mulheres.<sup>86</sup>

O espaço para a mobilização da comunidade religiosa para promover ou negar às mulheres o seu lugar no conselho de eleitores estava amplamente disponível para minorias cristãs e muçulmanas, desde que os espaços primários para a mobilização de Hindus fossem associações de casta e de línguas. A solidariedade das organizações de comunidades poderia ser usada para ir de encontro aos interesses das mulheres, como no caso de Mamtaz Begum e Zaheeda, como foi observado acima. Os líderes comunitários, sob o comando daquele que havia perdido, colocavam objeções à reserva de distritos para mulheres, visto que era anti-islâmico para mulheres trabalhar fora de casa. Além de serem discriminadas em função do gênero, as mulheres não eram imunes às dificuldades colocadas pela política de casta na cidade. Em um distrito de grande população Brama, a lealdade Vydehi's à ideologia do Partido Bharatiya Janata (PBJ) auxiliou-a a em vencer com facilidade, utilizando a RSS, a rede de templos e outras organizações religiosas locais. Faltava à maioria das mulheres o acesso a esses modos de engajamento político antes de terem vencido a eleição.

#### **(vi) A Imprensa**

A pesquisa revela que a maioria dos homens e mulheres era igualmente alvos vulneráveis da pequena imprensa que, segundo eles,

<sup>85</sup> Entrevista com Padmavathi Vijayakumar, June 10, 2002.

<sup>86</sup> No Parlamento também, no qual tal política de reservas não existe, OBCs ocupam uma alta proporção de vagas.

publicava reportagens grosseiras que eram difíceis de serem retratadas ou contestadas como difamatórias e eram planejadas para se extorquir dinheiro de políticos. Havia uma antipatia geral ao modos de se reportarem às atividades dos conselheiros, tanto na mídia de massa quanto em jornais e periódicos. Porém, vários homens e mulheres conselheiros apontaram especificamente para determinados tablóides, tal como o *Hai Bangalore*, como aquele que prosperava atormentando conselheiros, sendo que alguns deles, a exemplo de Padmavathi Gangadhara Gowda, chegaram a gastar dinheiro visando recuperar suas honras.

#### REPENSANDO A “MULHER SUBSTITUTA”

A essa altura deveria estar evidente que a “mulher substituta” é uma categoria muito simplista para compreender ou explicar as experiências da mulher dentro do presente sistema de reservas. Negar à “mulher substituta” o papel central que ela tem ocupado em várias discussões sobre a participação da mulher na arena política não é negar completamente a existência de tal mulher. A semiótica das campanhas em distritos de mulheres em si apontou claramente para a dependência das mulheres nos homens: cartazes para Vijaya D. Muniraju, uma candidata do partido da Gráfica Chandra em 2001, apresentavam seu marido pairando sobre seu ombro, enquanto uma fita cassete colocava imensa ênfase no sobrenome da mulher. Assim sendo, o eleitor não podia se esquecer que o membro de corporação prévio estava realmente sendo “representado” por sua mulher. A campanha de publicidade de Pratima Raghu, membro do C. V. Raman Nagar, desde 2001, fez campanha semelhante sobre os feitos realizados pelo membro prévio que era seu marido, e suas ligações com a liderança central do partido.<sup>87</sup> Uma jovem mulher solteira, J.N. Nirmala, que representava o distrito Subrahmanyannagar em (2001), deu permissão ao seu pai, um trabalhador atuante no Partido Bharatiya Janata (PBJ) a lançar e administrar sua campanha e continuou a atuar como membro de corporação, visto que ela era

---

<sup>87</sup> Raghu desde então concorreu e conquistou uma vaga na Assembléia Legislativa. Entrevista com J.N.Nirmala, July 29, 2002.



uma estudante.<sup>88</sup> O fenômeno do poder factual exercido por alguns homens era tão visível que para uma mulher membro de corporação cunhou o termo detentor do poder de “Procurador Geral” (PG) para aqueles que auxiliavam em favor das mulheres em questão. Esses homens faziam promessas aos eleitores, completavam os trabalhos do distrito e geralmente mantinham-se mais visíveis como o membro da corporação, agindo em nome da mulher eleita e menos freqüentemente ao seu lado. Como afirmou G. Padmavathi, “Maridos haviam instruído mulheres a falar sobre tópicos específicos [no conselho] e estariam observando-as por fora. Se ela não falasse ou não pudesse falar, [ele] a chamaria imediatamente lá fora e questioná-la-ia. Esse é um hábito muito ruim.”

Porém, a despeito de uma variedade de estimativas, mulheres substitutas somavam não mais do que 20 por cento daquelas que assumiam seus lugares no conselho, visto que elas eram mulheres que, como já foi discutido anteriormente, partilhavam seus trabalhos com homens da família de maneiras interessantes. A exemplo de tais formas, havia mulheres atendendo reuniões e conduzindo o escritório, enquanto o trabalho referente ao distrito era feito pelo marido, o pai e assim por diante. Havia, portanto, pelo menos dois outros modos identificáveis pelos quais as mulheres se engajavam com o processo político em órgãos urbanos locais. Como já foi delineado acima, no que diz respeito à família como recurso, havia várias mulheres que trabalhavam em consonância com seus maridos ou outros homens membros da família. Ocorreram também circunstâncias como a de Pushpalatha (Rajajinagar, 1996) cujo marido Rajanna (Rajajinagar, 2001), tirou licença de seu trabalho como condutor de ônibus e mais tarde demitiu-se quando se tornou conselheiro em 2001. Pushpalatha não somente fez campanha para o seu marido, mas também continuou a trabalhar em função de realizar suas ambições políticas. Rudramma (Geleyara Balaga, 1996) e seu marido Nagaraju (Geleyara Balaga, 2001) conseguiram manter seu distrito entre eles por dez anos. Lalitha Srinivasa Gowda (Srinagar, 2001) mantinha uma “corte” diária em sua casa, organizada por seu marido em cadeiras parecidas com tronos. Isso é um exemplo

---

<sup>88</sup> Entrevista com J.N.Nirmala, July 29, 2002.

significativo e não incomum de mulheres que ostentavam seus poderes, mas também se apoiavam nos homens de sua família para obter apoio e legitimidade na vida pública.

O outro lado do espectro consistia de um número significativo de mulheres que funcionavam independentemente. G. Padmavathi, que venceu a eleição de 1990 e 1996 pelo distrito de Sriramamandira, estabeleceu uma reputação formidável como conselheira; conseguiu eleger-se pelo distrito vizinho Prakashnagar quando foi reservado para mulheres. O antigo membro de corporação de Shivanagar, Y.G. Vydehi, contou com sua longa carreira de professora e membro da Rashtriya Sevika Samithi para se eleger e atuar como membro corporação. N. Shantakumari, do distrito Mudalapalya no oeste de Bengaluru, que venceu a eleição em 1996, quando era um distrito de mulheres, conseguiu mantê-lo depois que foi convertido para o sistema de vagas Gerais, a despeito de seu rival ter sugerido em público que apenas a sua relação com os líderes do Congresso V., Somanna e D. K. Shivakumar, foi responsável por assegurar sua nomeação. Ratna Gopal Reddy, Padmavathi Vijayakumar, Shantakumari e Zaheeda eram bastante reconhecidas como parte do grupo de conselheiras mais completamente independentes. Kavita Jain (Srinivasangar, 1996), um membro do (PBJ), veio de uma comunidade na qual homens geralmente não participavam do processo político, mas tornou-se um membro de corporação bastante vocal (talvez um pouco impopular). O caso de Marimuthu Adimoolam (Sagayapuram, 2001) é uma indicação das oportunidades criadas pelo processo de reservas para homens e mulheres em converter poder do tipo informal em poder eleitoral. Marimuthu era uma mulher analfabeta que foi envolvida no caso de uma fraude da bebida de 1981, o que resultou na morte de 330 pessoas. Ela foi absolvida de todas as acusações em 21 casos e, apesar de ser uma “desordeira” local, conseguiu tornar-se um membro de corporação para o distrito de Sagayapuram em 2001. O seu trabalho como membro rendeu-lhe o título informal de “madrinha.”

A rotação como princípio evocava respostas ambíguas de ambos homens e mulheres precisamente por distribuir oportunidades por um lado e desestabilizar a relação que conselheiros poderiam desenvolver com seus eleitores por outro. Como demonstrou a

carreira de Mamtaz Begum, três vezes eleita conselheira e a primeira mulher mulçumana de Bengalur, as mulheres podiam acumular capital o que as colocaria em uma boa posição com o passar do tempo. De fato, o descontentamento expressado por um grande número de mulheres membros de corporação sobre a rotação de vagas a cada cinco anos torna claro que as mulheres também desenvolveram o gosto e a perseverança para a vida política. Muitas sentiam que um mínimo de dois mandatos era necessário “para completar o trabalho que elas haviam iniciado.” Ainda havia muito poucas mulheres que não haviam sido transformadas ao final do mandato mesmo quando elas não tinham experiência prévia em política. Muitas mulheres conselheiras falaram da necessidade de se desenvolver uma “casca grossa,” uma voz alta e ousadia em sua conduta, visando sobreviver à política urbana local: não é de se surpreender que Marimuthu foi escolhida como aquela admirada por Anwar Sharief. As formas contraditórias através das quais a feminilidade, ou a sua falta, foi utilizada em entrevistas indica que não havia formas estáveis pelas quais a experiência da categoria política de “mulher” era compreendida ou imaginada.

Stephanie Tawa Lama Rewal defende a manutenção da distinção entre “herdeiras” e “substitutas”: ela aponta para o importante fato de que nem todas as herdeiras são substitutas e que nem todas as substitutas são herdeiras.<sup>89</sup> Em Bengaluru, como foi anteriormente colocado, muitos “herdeiros” eram homens, apesar de que todas as substitutas eram mulheres, muitas delas políticas de primeira geração nas famílias. Essa é uma distinção crucial que emerge da discussão até o momento: em primeiro lugar, não há garantias de que usar as mulheres como “mantenedoras de lugares” tem retorno político, dado o vasto número de fatores que determinam sucesso eleitoral. Também não é garantia de que a vaga irá retornar ao homem cujo lugar tenha sido ocupado pela mulher por um mandato. Em outras palavras, essa discussão torna a conveniente

---

<sup>89</sup> Lama Rewal “Reservations for Women in Urban Local bodies: A Tentative Assessment” in Lama Rewal (ed.), *Electoral Reservations, Political Representation, and Social Change in India: A Comparative Perspective* (Delhi: Manohar/Centre De Sciences Humaine, 2005), pp. 189-207.

ajuda da mulher “substituta” muito mais difícil de invocar em qualquer avaliação séria da participação de mulheres no poder político.

#### HÁ UMA CATEGORIA DE “MULHER”?

O relatório de Margaret Alva, Presidente do Comitê de Empoderamento de Mulheres de 2002, que novamente lista uma série de dificuldades previsíveis vivenciadas por mulheres ao se fazerem notar em órgãos rurais e urbanos,<sup>90</sup> disse no entanto, “As reservas de um terço das vagas para mulheres em Panchayats e Órgãos Urbanos Locais têm gerado uma conscientização entre os membros mulheres, que desejam latentemente manifestar-se em assuntos públicos e que não querem ser dominadas por homens.” O relatório foi largamente baseado em uma categoria unificada de mulheres e citou dentre as histórias de sucesso da ação em prol do “empoderamento” de mulheres, os Grupos de Auto Ajuda para micro-finanças e modelo Kerala de Kudumbashree apesar das sérias críticas colocadas ao programa.<sup>91</sup> Esse estudo torna claro que o interesse do Estado em “empoderar” mulheres necessita ser visto com cautela, enquanto que as vantagens do sistema de reservas devem ser compreendidas e ampliadas de maneira significativa através de uma recusa da categoria

<sup>90</sup> A lista incluía: analfabetismo; consciência inadequada de seus poderes e deveres; peso das tarefas domésticas e o cargo; desencorajamento por parte de homens; aversão à atividades públicas; constrangimentos e costumes locais; dependência econômica. “Treinamento e Empoderamento de Mulheres em órgãos locais”, Comitê para o Empoderamento de Mulheres, (2002-3) Décimo Terceiro Lok Sabha, Décimo Oitavo Relatório, <<http://164.100.24.208/ls/committeeR/Empowerment/8th/report.html>> (acessada July 14, 2008).

<sup>91</sup> J. Devika, “Between ‘Empowerment’ and ‘Liberation’: The Kudumbashree Initiative in Kerala”, *Indian Journal of Gender Studies*, 14:1, January 2007, pp. 33-59. Também veja, J. Devika and Avanti Mukherjee, “Reforming women in Malayalee Modernity: A Historical Overview” in Swapna Mukhopadhyay (ed.), *The Enigma of the Kerala Women: A Failed Promise of Literacy* (Delhi: Social Science Press, 2007), pp. 102-130; Praveena Kodoth and Mridul Eapen, “Family Structure, Women’s Education and Work: Re-examining the High Status of Women in Kerala” in Swapna Mukhopadhyay and Ratna Sudarshan (eds.), *Tracking Gender Equity under Economic Reforms* (Delhi: Kali for Women, 2003).

individual de “mulher”, visto que não é marcada por considerações de casta, etnicidade ou classe.

Como tenho demonstrado ao longo do texto, vantagens baseadas em gênero eram frequentemente contrabalanceadas pelas vantagens de classe e casta exercidas por mulheres, através da assistência da família e redes de parentes, ou através de partidos e seus órgãos afiliados. Todas as mulheres, por outro lado, trabalhavam claramente sob desvantagens específicas e estruturadas e apenas algumas delas podiam ser tratadas através de um foco exclusivo em “modos de treinamento de governança” que os relatórios governamentais e estudos acadêmicos enfatizam rotineiramente. Ainda mais importante, a “mulher” não estava disponível como categoria única antes dos anos 70 e, portanto, não há um legado ou impacto daquelas que podem ter sido adequadas antes da era do sistema de reservas: a carreira de Prema Cariapa através do Conselho de política, sua experiência como Prefeita e sua ascensão para a vaga de Rajya Sabha é considerada como um sucesso pessoal e de alguma forma sem par, ao invés de ter sido sedimentada como parte do bom senso político. Ela é um bom exemplo de alguém cujo prestígio capacitou-a a ascender para além do gênero. O cenário da reserva de posto é vastamente diferente: abalroar o espaço político com a mulher substituta é a poder abalador de Lalitha Srinivas Gowda, a eficiência de Shantakumari e Padmawathi, e a resiliência de Mamta Begum e Zaheeda Begum. Em 2001, Zaheeda Begum concorreu no distrito Sagayapuram contra Marimuthu Adimoolam e perdeu; ela declarou ter aprendido da maneira mais difícil que a habilidade do candidato era menos importante na política local se comparada com o poder do dinheiro e o apoio do partido.<sup>92</sup>

É certamente uma façanha do movimento de mulheres, desde os anos 70, que a questão das desigualdades de gênero esteja sendo levada a sério. Ainda assim, há uma urgência em se reconhecer que a categoria unificada tem usos limitado no contexto Indiano, e não pode ser vista isoladamente de outras estruturas de discriminação, como casta e etnicidade. Como foi colocado por um dos membros de corporação mais ponderados, Shivaraju

<sup>92</sup> Entrevista com Zaheed Begum, June 25, 2002.

(Kamalanagar, 2001; filho de Mahadevamma, 1996), o sistema de reservas serve para distribuir oportunidades muito mais do que faz a diferença para estilos de governança. “Traz o respeito por comunidades diferentes, é só isso.”<sup>93</sup> Muitas mulheres de castas mais baixas e homens conselheiros de fato testemunharam que eles não teriam tido nenhuma oportunidade de concorrer se não fosse pelo sistema de reservas. Portanto, embora o relatório oficial sobre o empoderamento de mulheres recuse-se a mencionar as dificuldades apresentadas por casta (a não ser como algo inseparavelmente ligado em “Casta Programada”) e a produção de capacidades e talentos diferenciados em mulheres, o exemplo de Karnataka demonstrou incontestavelmente que as duas categorias são inseparáveis e não podem ser compreendidas isoladamente.

Porém, não há linguagem adequada para uma análise de casta em áreas urbanas, nas quais a sua presença e profundidade são bastante diferenciadas das funções que exerce em áreas rurais. As afiliações de casta, e mesmo as associações podem garantir e garantem a vitória do candidato, mas depois disso não está claro o peso que o prestígio da casta continua a exercer. Há algumas que falaram da força do lobby de Kuruba tanto dentro quanto fora do conselho, como se materializou na subvenção de maiores valores concedida a legisladores de Kuruba. Já apresentei considerações sobre instâncias nas quais conselheiros falam do uso ativo de identidades de casta para derrotar candidatos que se posicionam entre linhas partidárias. O que é admirável é que houve confirmação contundente de conselheiros de classes SC e Backward (A) que, para o sistema de reservas, eles não poderiam ter passado nem um mandato no conselho. Em outras instâncias, o sistema de casta baseado em reservas era visto como “limitador” das oportunidades para o exercício do “mérito”: pelo menos um dos conselheiros questionou a vitória de um SC de um Distrito Geral.

As dificuldades de se desemaranhar reservas de casta e de gênero tornam-se muito claras nessa declaração bastante reveladora de Suryanarayana:

---

<sup>93</sup> Entrevista com Shivaraju, July 9, 2002.

Trinta e três mulheres conselheiras não conseguiram influenciar o funcionamento do BMP. A preferência foi dada a homens membros de corporação durante a distribuição de concessões, [visto que] mais fundos foram distribuídos para membros experientes e menos recursos para inexperientes mulheres membros de corporação.

Contudo, ele prossegue, SCs e OBCs foram capazes de influenciar a Corporação da Cidade de Bengaluru (CCB), citando o exemplo de “Raghu, Bharati Shivaram e Vasudha ( Sanjaynagar, 1996).” O que essa declaração involuntariamente revela são as formas pelas quais a característica da casta dentro do sistema de reservas serve como uma forma crucial de capital político para mulheres de membros de corporação de casta e classe mais baixa. Tal questão requer maior investigação, mas não há dúvida nenhuma de que as interseções de casta e gênero operam como fontes de poder dentro do novo sistema de reservas.

A questão da mulher em conselhos certamente ainda não se tornou parte do senso comum do político local como reservas baseadas em casta, particularmente em Karnataka. Ainda assim, barrar alguns – homens como Anwar Sheriff ou Suryanarayana, ou Bhovi (SC), ex-conselheiro Raghu, cuja esposa é a atual conselheira relutante, que disse que “as reservas para mulheres não é compatível com a cultura Indiana” e “deteriora a base da família”. Houve menos atividade hostil dos conselheiros de ambos os gêneros em relação a questão de reservas para mulheres. Como foi colocado por Mamtaz Begum, sem as reservas, as mulheres não teriam nenhuma oportunidade... deveria haver reservas para mulheres especificamente baseadas em casta, caso contrário homens não as deixariam se colocar na dianteira. Além disso, entre as minorias é imprescindível.”<sup>94</sup> “Mas se não fosse pelo sistema de reservas (baseadas em casta),” diz Chinnamma, “eu não teria entrado”: visto que os Reddys (uma casta BC (B) ) de sua área (Banswadi) votou em massa contra ela, estreitando sua vitória para uma pequena margem.<sup>95</sup> P.R. Ramesh notou a diferença visível, e não apenas em sentido pejorativo, entre as formas pelas quais candidatos de reservas, incluindo mulheres,

<sup>94</sup> Entrevista com Mamtaz Begum, July 3, 2002.

<sup>95</sup> Entrevista com Chinnamma, July 12, 2002.

operavam no conselho.<sup>96</sup> A questão das reservas para muçulmanas, por outro lado, gerou oposição veemente por parte de um grande número de mulheres e homens membros de corporação. Havia um sentimento generalizado de que diferentemente das categorias SC/ST, OBCs e mulheres, muçulmanas eram menos “merecedoras” de reservas. Há um perigo evidente de que a *categoria* de mulher possa mais uma vez ser utilizada, não tanto no espírito de democratização e equiparação de oportunidades, mas servindo para bloquear ou negar outros tipos de discriminação que são sofridas por comunidades minoritárias.

#### CONCLUSÃO

Quais são então as implicações mais amplas de tal estudo para o significado e as modalidades de democracia representativa? Qual é o valor das reservas como instrumento para se garantir a igualdade de oportunidades? Quais são os tipos de exigências que o movimento feminista pode e deve fazer? Está absolutamente claro que o sistema de reservas trouxe visibilidade e poder para uma ampla faixa de mulheres, muitas delas provenientes de castas e classes mais baixas, que encontraram meios de manter a integridade e a auto estima através de uma série de estratégias. Está também evidente que as mulheres não eram de forma alguma inatingíveis às exigências e as influências do sistema, do qual as mesmas eram, *às vezes, somente vítimas*. Acima de tudo, eu discuti em detalhes os tipos de recursos que eram utilizados tanto por homens como por mulheres, apesar da distribuição dos recursos ser desigual.

As mulheres conselheiras eram capazes de proporcionar visibilidade ou oferecer soluções para questões que inquietavam às mulheres? Em um estudo importante sobre mulheres em instituições in Orissa, Evelin Hust distingue a mera “presença” de mulheres em instituições Panchayat Raj do exercício de “poder” e do “empoderamento”. Baseada na discussão desenvolvida por Anne Phillips, *The Politics of Presence*, Hust reconhece a importância do reconhecimento simbólico e enquanto enfatizava a necessidade de uma defesa mais vigorosa para aqueles em desvantagem, conclui que

---

<sup>96</sup> Entrevista com P.R. Ramesh, June 17, 2002.



somente uma “política de transformação” pode trazer a esperança de abrir um leque de opções mais amplo.<sup>97</sup> Apontado claramente em sua avaliação, como em muitos estudos sobre a participação de mulheres em órgãos locais, é em nível de “presença” que as reservas têm feito a maior diferença. A maioria das mulheres membros de corporação, discutidas nesse texto, compreendia seu comprometimento fundamental com o distrito e enquanto várias afirmaram que os membros de seu distrito aproximavam-se delas para resolver problemas relacionados à violência doméstica, pensões para viúvas, fundos de projetos para mulheres, outras afirmaram também que um esforço concentrado em questões sobre mulheres não era possível. De modo algum as mulheres membros de corporação eram “feministas” em sua abordagem política, mas algumas delas eram bem articuladas em exigir respeito por mulheres conselheiras. De fato, a crença amplamente sustentada de que somente as mulheres podem representar os interesses de mulheres não foi mantida em cálculos eleitorais, visto que estas não agiam como uma “comunidade” aos olhos de partidos e administradores.<sup>98</sup> Além disso, os eixos de casta e gênero tornaram-se menos importantes no trabalho desenvolvido depois que o conselheiro era eleito, visto que as preocupações se transferiam para orçamentos, comitês e trabalhos distritais que contavam amplamente com o poder do partido e sua posição dentro do conselho.

As mulheres labutam sob a carga de compensação por serem mulheres, ou por confiar em qualidades específicas de gênero para se manter dentro da política (“a política é suja”, portanto, não é de forma alguma feminina<sup>99</sup>) ou invocando outras qualidades específicas de gênero que as colocariam em um plano mais elevado do que homens membros de corporações. A opinião de que as mulheres tinham

---

<sup>97</sup> Hust, *A Million Indiras Now?*, p. 268.

<sup>98</sup> Stephanie Tawa Lama Rewal diz em seu estudo sobre mulheres conselheiras que “As mulheres não querem fazer a diferença. Elas querem ser conselheiras competentes e confiáveis membros do partido.” “Women and Urban Development: Do they make a difference? A Case study of the Municipal Corporation of Delhi” in Evelin Hust and Michael Mann (eds), *Urbanization and Governance in India* (Delhi: Manohar, 2005), pp. 85-101, esp. 98.

<sup>99</sup> Veja Hust, *A Million Indiras Now?*, p. 211.

inclinação para ser menos, ao invés de mais corruptas era insidiosa e repetida em entrevistas com homens e mulheres conselheiras.<sup>100</sup> Pelo menos dois conselheiros disseram, com paixão e convicção, “Até a pior das mulheres é melhor do que os melhores homens.”<sup>101</sup> Frequentemente foram expressadas opiniões sobre como as mulheres possuíam o perfil mais adequado para lidar com o stress e os deveres de órgãos locais visto que eram mais sinceras e trabalhavam mais duro do que os homens e que geralmente não se desviavam de seus propósitos.<sup>102</sup> Como foi colocado por Mamtaz Begum: “A turbulência não vai estar presente se mais mulheres entrarem para a política. Mais trabalho será executado.” Ou como atestou Vydehi: “As mulheres não são corruptas como os homens. Se as mulheres estão lá, há maior probabilidade de que os fundos cheguem até as pessoas. Isso só é possível se as mulheres trabalharem independentemente de seus maridos.” Gail Omvedt também apresenta o argumento, até certo ponto contestável, de que as mulheres Dalit não só são menos corruptas, mas são também “mais inclinadas para questões de sustentabilidade ambientalista, equilíbrio e normas de igualdade.”<sup>103</sup> Não obstante, é perturbador e até anti-feminista confiar em tal tipo de formas essencializadoras de se caracterizar mulheres.<sup>104</sup>

Inegavelmente, é difícil argumentar que as mulheres membros de corporação alteraram substancialmente a linguagem do poder no curso das campanhas, dentro do conselho, ou no distrito. Campanhas eram um pouco diferentes em argumentação ou alcance daquelas iniciadas por homens. Dentro do conselho, as mulheres raramente funcionavam como grupo, seguindo, como faziam os homens membros, as doutrinas de seu partido. Como atestou Padmavathi Gowda “Falar diante de um Conselho era uma habilidade a ser

<sup>100</sup> Veja também, Hust, *A Million Indiras Now?*, p. 239.

<sup>101</sup> De acordo com Vydehi e Padmavathi Gowda, “Mesmo a pior das mulheres é melhor do que o melhor dos homens”.

<sup>102</sup> Como referência do número de mulheres Gujarati que explicavam a sua abstenção da política, veja Visandjee *et al.*, “Women’s Political Participation in North India.”

<sup>103</sup> Omvedt, “Women in Governance in South Asia,” p. 4752.

<sup>104</sup> Um número de escritoras feministas se sentiram desconfortáveis com um argumento em prol da superioridade moral de mulheres. Veja Hust, *A Million Indiras Now?*, p. 270.

aprendida. Apenas cinco das 35 [mulheres] se manifestaram.” Muitos testemunharam que os membros do SC e do OBC protestaram clamorosamente quando seus membros foram difamados em função de casta. Quando comentários gravemente depreciativos foram feitos contra Marimuthu Adimoolam no Conselho, não houve nenhuma expressão semelhante de ultraje ou uma exigência pela correção foi feita por suas colegas mulheres.<sup>105</sup> Mulheres membros de corporações se uniram quando o escritório da jovem membro do Conselho, N. Indira (Sarvagnanagar, 2001), foi esquadrinhada por apoiadores de Bharathinagar MLA, Nirmal Surana, sob a alegação de que ela não havia iniciado os trabalhos do distrito para os quais um orçamento de mais de Rs. 60 lakhs foram aprovados.<sup>106</sup> Apesar de todas as mulheres do conselho sentirem que elas haviam sido discriminadas no processo de liberação de projetos e alocação de fundos para distritos por elas representados, não houve ação concentrada por parte do conselho. Como foi dito por um repórter de um jornal, uma mulher membro do conselho com maior experiência afirmou que “sempre houve problemas com os MAL (Membros da Assembléia Legislativa) da área, especialmente se eram “membros que se tornaram MALs.”<sup>107</sup> Esses conflitos foram ampliados quando MALs pertenciam a partidos diferentes.

É no âmbito do trabalho de distrito que as mulheres encontraram seus maiores desafios e também fizeram a diferença mais visível. Porém, houve pouco, se houve, algum traço de política feminista, ou mesmo diretrizes políticas centradas em mulheres, e não houve também um interesse declarado de qualquer mulher conselheira em buscar tal objetivo. Ao invés disso, elas expressaram interesse em alcançar o status de conselheiros homens. Sob o sistema de rotação, uma complexa grade de alianças que se entrecortam é colocada, que é reorientada à cada eleição. Como observei acima, há padrões significativos de designação de distritos, apesar de não serem sempre fáceis de discernir. Mulheres, Dalits (SC/ST) e algumas categorias BC (A) e BC (B) foram consignados distritos nas periferias, a saber,

<sup>105</sup> “When dog bites corporator”, *The Hindu*, October 17, 2006.

<sup>106</sup> “Study tour: corporators ready to bear expenses”, *The Hindu*, August 13, 2004.

<sup>107</sup> “Who mans women corporators’ wards?”, *The Hindu*, November 8, 2006.

distritos relativamente subdesenvolvidos, comercialmente mais fracos e extremamente enfraquecidos. “Distritos de manutenção” raríssimamente são reservados, ou reservados para o candidato que pode ter vencido eleições anteriores.

Enquanto os entrevistados afirmaram que a rotação depois de um mandato debilitava seriamente a sua capacidade de desempenhar bem o seu papel, muitos argumentaram em favor da rotação como um princípio em que se permite a “pessoas comuns terem a chance de servir”. Esse é um argumento dentre os mais importantes, tanto de feministas quanto de não feministas, contra a reserva de vagas para mulheres no Parlamento e Legislaturas. Porém, como demonstrou a análise crucial de Archana Ghosh’s da Corporação Municipal de Chennai, a reserva de distritos para dois mandatos não fez nenhuma diferença no destino de mulheres conselheiras. Em um conselho de 155 membros, dos quais 53 eram mulheres, apenas 13 foram nomeadas pela segunda vez.<sup>108</sup> Ghosh demonstra que a maioria das mulheres aspirantes em Chennai não era principiante a não ser aquelas que haviam sido reconhecidas como ativistas de partido e trabalhadoras políticas nas localidades. Ainda mais impressionante foi o fato de que nenhuma dessas mulheres foi nomeada pelo mesmo partido, a despeito de sua reputação pelo bom trabalho e, como em Bangalore, somente aquelas que mudaram de partido obtiveram êxito e venceram. A autora conclui:

Há vários exemplos de tais mulheres candidatas que, a despeito de criarem reputação e confiança entre os eleitores, não conseguiram obter a nomeação e, mesmo assim, ousaram contestar o partido e concorrer às eleições por conta própria... a situação política imprevisível e em constante mudança nos diferentes estados não garante que mesmo se o sistema de rotação for planejado para o final de dois mandatos, candidatas merecedoras não serão consideradas para a re-nomeação pelos partidos políticos.<sup>109</sup>

A importância desses estudos empíricos encontra-se exatamente em desafiar alguns preconceitos e, também algumas crenças

---

<sup>108</sup> Ghosh, “Women’s Reservations and Electoral Politics in Urban Local Bodies”, p. 129.

<sup>109</sup> *Ibid*, p. 131.

politicamente incorretas sobre a homogeneidade das mulheres e sua capacidade de desempenhar melhor do que homens. Outros estudos de grande importância têm demonstrado que a função de tomar decisões e, via de regra o desempenho de mulheres conselheiras em diferentes cidades, têm variado consideravelmente, indicando que a política de reservas pode ser o primeiro passo em direção a mudanças mais dramáticas, e que a experiência de mulheres membros de corporações nesses anos iniciais não pode ser julgada precipitadamente.<sup>110</sup> O sistema de reservas deve ser o primeiro passo no processo e não um objetivo feminista final. Certamente a estrutura tem sido ampliada para incluir mulheres sem alterar sua forma básica, apesar de uma desmasculinização concomitante do mundo público da política não ter sido alterada ou desafiada.

Diferente daquilo em que normalmente se acredita, esse estudo demonstrou que a estratégia de se utilizar mulheres como “substitutas” por homens nem sempre funciona. Enquanto o marido de Bharati Shivaram perdeu tanto as eleições que precederam quanto as que sucederam a vitória de sua esposa, e o cunhado de Chinamma perdeu após sua vitória, Rudramma e Pushpalatha, com suas vitórias e seu trabalho de distrito, abriram caminho para o sucesso de seus maridos nas eleições de 2001. Há um sério perigo de que essas nuances se percam nas generalizações que o sistema de reservas para mulheres têm gerado. Ana Alice Alcântara descreve um momento em 1998 quando feministas no Brasil uniram-se para além de linhas partidárias buscando exigir um sistema de cotas para mulheres, embora tudo que tenham conseguido assegurar foi uma obrigação por parte dos partidos, não reforçável por lei, de se incluírem mulheres candidatas.<sup>111</sup> Enquanto mulheres na Índia vêm adquirindo alguma visibilidade e poder nos escalões mais baixos do governo, as esperanças de feministas no Brasil, e também na Índia, têm permanecido não realizadas até hoje. Na Índia, o comprometimento de se estender a política de reservas para mulheres no Parlamento e Legislaturas tem permanecido em segundo plano, sob a alegação de que a categoria de mulher (normativizada como classes/castas mais

<sup>110</sup> Ghosh and Lama Rewal, “Democratisation in Progress”.

<sup>111</sup> Alcântara, “Women and Politics”.

altas) enfraquece os avanços e ganhos de homens líderes de castas mais baixas.

Ao contrário do movimento de paridade na França, que em suas fases iniciais (1992-96) foi enfraquecido, cooptado e manipulado por um governo de centro, antes que um comitê de paridade fosse aceito em 2000,<sup>112</sup> ou no caso do Brasil, quando uma demanda feminista robusta por cotas foi transformada em uma determinação não garantida por lei para que os partidos recrutassem mais mulheres candidatas, a Índia desfruta do status único de ter garantido e implementado o número integral de 33 por cento de reservas em órgão locais, enquanto tais reservas em órgãos legislativos de mais alto escalão têm sido ativamente combatidas.

Diferentes tipos de leituras têm sido geradas em função das reservas em órgão locais: por um lado da escala estão os céticos que observam o perfil depressivamente baixo das mulheres na política local, e os obstáculos que enfrentam, para sugerir que tal insistência legal na participação de mulheres pode ser contra-produtiva. Um subconjunto desses escritores também ficaria assombrado com o pobre impacto geral que as mulheres têm causado no funcionamento do sistema democrático. Há outros autores que percebem tal fato como apenas o primeiro passo de uma longa estrada em busca da paridade ou igualdade de oportunidades na política. E há os incuráveis otimistas, que têm confrontado a verdade deprimente sobre as mulheres na política, argumentando por uma “política de presença” que produza uma nova visibilidade e vigor para mulheres em órgãos locais.

Apesar do amplo escopo de estudos que têm inventariado o desempenho de mulheres sob o sistema de reservas, o irredutível problema de serem jogadas contra castas não-dominantes tem permanecido. Este texto argumentou que as hierarquias de casta e gênero são inseparáveis e devem ser reconhecidas como tal, tanto em orientações quanto em práticas políticas. Ainda assim, mesmo que estudiosas feministas e ativistas tenham se engajado seriamente e retrabalhado radicalmente a sua aderência à qualquer

---

<sup>112</sup> Danielle Haase Dubosc, “Movement for Parity in France”, *Economic and Political Weekly*, 35:43 and 44 (October 28, 2000), pp. WS 55-60.

categoria unitária de “mulher”, como a séria reavaliação em torno da Projeto de Lei de Reservas para Mulheres demonstrou, não há sinais de que haverá um grau comparável de seriedade para assumir e tratar da “questão das mulheres” por parte da liderança masculina das “Other Backward Classes”. O difícil desafio enfrentado por movimentos feministas é precisamente em determinar até que ponto a insistência em universais como “igualdade de gênero” e “ser livre de discriminação” funciona em face de tal intransigência.<sup>113</sup> Não há paralelos fáceis que possam ser esboçados a partir da experiência de mulheres em órgãos locais, mas visando concluir, recorro às palavras de um membro de corporação da casta Nayanaja Kshatriya (BC (A) confirma o valor das reservas:

Não é apenas minha esposa obtendo uma chance... mulheres da BC(A) não estão na política. Mulheres de uma grande comunidade como a dos Bramas tinham chances anteriormente enquanto mulheres de comunidades BACKWARD não estavam inclinadas a entrar para a política... [ela] pode não trabalhar por 3 ou 4 anos ou pode não saber o trabalho, ou outra pessoa pode trabalhar por ela... [mas] finalmente ela saberá o valor desse poder.

Essa é uma clara indicação de que mulheres obtiveram, em nível de política, o que não estava disponível para elas em nível social, e é um dos muitos ‘paradoxos’ que têm sido gerados por uma política de ‘inclusão’.<sup>114</sup> Concomitantemente, se elas ganharam com o sistema de cotas, não há indicação de que a questão de maior igualdade de gênero na política esteja sendo levada a sério por líderes de casta.

*Tradução:* Raquel Luciana Souza – Universidade do Texas, Austin.

*Revisão:* Alyxandra Gomes Nunes – Universidade Federal da Bahia/PósAfro

<sup>113</sup> Ao concluir sua análise sobre dominação masculina, Bourdieu adverte feministas Francesas contra se confinar sua luta à questão da “paridade” afirmando que “essas lutas podem reforçar os efeitos de outras formas de universalismo ao favorecer primeiramente mulheres retiradas das mesmas regiões de espaço social dos homens que atualmente ocupam as posições dominantes.” Bourdieu, *Masculine Domination*, pp. 116-7.

<sup>114</sup> Sobre o “Paradoxo da Inclusão” veja “Gendering Governance or Governing Women?”, pp. 138-45.





## Previous Publications

Partha Chatterjee, *Our Modernity*, SEPHIS–CODESRIA lecture No. 1.  
Published by Sephis and CODESRIA, 1997.

Jomo Kwame Sundaram, *Economic Considerations for a Renewed Nationalism*, SEPHIS–CODESRIA lecture No. 2.  
Published by Sephis and CODESRIA, 1997.

Livio Sansone, *From Africa to Afro: Use and Abuse of Africa in Brazil*,  
SEPHIS–CODESRIA lecture No. 3 (English).  
Published by Sephis and CODESRIA, 1999.

José Murilo de Carvalho, *The Struggle for Democracy in Brazil: Possible Lessons for Nigeria*, SEPHIS–University of Port Harcourt lecture.  
Published by Sephis and University of Port Harcourt, 2000.

Boubacar Barry, *Senegâmbia: O Desafio da História Regional*, SEPHIS–  
CEAA lecture (Portuguese).  
Published by Sephis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2000.

Livio Sansone, *De Africa a lo Afro: Uso y Abuso de Africa en Brasil*,  
SEPHIS–CODESRIA lecture No. 3 (Spanish).  
Published by Sephis and CODESRIA, 2001.

Boubacar Barry, *Sénégalie: plaidoyer pour une histoire regionale*,  
SEPHIS–CEAA lecture (French).  
Published by Sephis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2001.

Boubacar Barry, *Senegambia: Advocating for a Regional Historical Perspective*, SEPHIS–CEAA lecture (English).  
Published by Sephis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2001.

Elisée Soumonni, *Daomé e o mundo atlântico*, SEPHIS–CEAA lecture  
(Portuguese).  
Published by Sephis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2001.

Elisée Soumonni, *Dahomey y el mundo Atlántico*, SEPHIS–CEAA lecture  
(Spanish).  
Published by Sephis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2001.

J.F. Ade Ajayi, *Unfinished Business: Confronting the Legacies of Slavery and Colonialism in Africa*, SEPHIS–CSSSC lecture.  
Published by Sephis and Centre for Studies in Social Sciences, Calcutta, 2001.

Babacar Fall, *Social History in French West Africa: Forced Labor, Labor Market, Women and Politics*, SEPHIS–CSSSC lecture.  
Published by Sephis and Centre for Studies in Social Sciences, Calcutta, 2002.

M S S Pandian, *One Step Outside Modernity: Caste, Identity Politics and Public Sphere*, SEPHIS–CODESRIA lecture No. 4.  
Published by Sephis and CODESRIA, 2002.

Goenawan Mohamad, *On the Idea of "Indonesia"*, SEPHIS lecture (English).

Published by Sephis, 2002.

Goenawan Mohamad, *Sobre a Idéia de "Indonésia"*, SEPHIS lecture (Portuguese).

Published by Sephis, 2002.

Boubacar Barry, *Senegambia: Difaâ Min Ajli Tarikhin Jihaouiyyin*, SEPHIS–CEAA lecture (Arabic).

Published by Sephis and CEAA, Universidade Candido Mendes, 2003.

Om Prakash, *Euro-Asian Encounter in the Early Modern Period*, SEPHIS–University of Malaya lecture.

Published by Sephis and University of Malaya, 2003.

Rhoda Reddock, *Reflections on Gender and Democracy in the Anglo-phone Caribbean: Historical and Contemporary Considerations*, SEPHIS–CODESRIA lecture No. 5.

Published by Sephis and CODESRIA, 2004.

Guita Grin Debert, *Genre et démocratie: les politiques de combat de la violence en Amérique du Sud*, SEPHIS–Institute of African Studies–CEMAT–CRASC–CODESRIA lecture.

Published by Sephis, Institute of African Studies in Morocco and CODESRIA, 2005.

Silvia Rivera Cusicanqui, *(In)visible Realities: Internal Markets and Subaltern Identities in Contemporary Bolivia*, SEPHIS–SEASREP Council lecture.

Published by Sephis and SEASREP Council, 2005.

Sean Field, *Oral History Methodology*, SEPHIS–SEASREP Foundation lecture.

Published by Sephis, 2007.

Elinor Sisulu, *"Mrs Sisulu's husband": Subversion of gender roles in an African marriage*, SEPHIS–University of the West Indies lecture.

Published by Sephis, 2007

Syed Farid Alatas, *Intellectual and Structural Challenges to Academic Dependency*, SEPHIS–ADRI lecture.

Published by Sephis, 2008

Janaki Nair, *All in the Family? Gender, Caste and Politics in an Indian Metropolis*, SEPHIS–Federal University of Santa Caterina–Federal University of Rio de Janeiro–Federal University of Brasília–Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre al Mulher–Federal University of Bahia–Centre for African and Oriental Studies lecture.

Published by Sephis, 2008